



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA**

**A REPÚBLICA DA PUÇANGA: Farmácia, farmacêuticos e as artes de curar em Belém
do Pará (1889-1905)**

KARLA YASMIM FERREIRA DA SILVA

BELÉM/PA

2024

KARLA YASMIM FERREIRA DA SILVA

A REPÚBLICA DA PUÇANGA: Farmácia, farmacêuticos e as artes de curar em Belém do Pará (1889-1905)

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de História da Universidade Federal do Pará – UFPA, apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo

BELÉM/PA

2024

KARLA YASMIM FERREIRA DA SILVA

**A REPÚBLICA DA PUÇANGA:
Farmácia, farmacêuticos e as artes de curar em Belém do Pará (1889-1905)**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de História da Universidade Federal do Pará – UFPA, apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de de Licenciatura em História.

Aprovação em: ____/____/____ 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo
(Orientador)

Examinador Interno

Examinador Externo

BELÉM/PA

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a todas circunstâncias e acasos da vida que me fizeram optar pela graduação em história.

Lucy e Carlos, minha mãe e meu pai, sem vocês esse trabalho não seria possível, obrigada por incentivarem minha vontade e apoiarem meus sonhos. Em especial agradeço ao meu pai que desenvolveu em mim o desejo de aprender mais sobre a história a partir dos nossos domingos ouvindo as músicas de protestos.

Gratidão às minhas irmãs Renata, Livia e Nayde, tias de sangue Cláudia, Dalva e Cleia, as tias que se tornaram tias devido a convivência e as minhas 50 primas, vocês fizeram uma festa de vestibular digna da nossa rua, a famigerada “67 da cidade nova VI” e eu carrego nesse momento uma das melhores lembranças da minha vida

Agradeço a todos aqueles que hoje não estão mais nesse plano, mas que fizeram toda a diferença na minha jornada: minha avó Luzia (*In Memoriam*) obrigada por ter me criado com muito amor e ter me incentivado a estudar, mesmo com as estatísticas apontando contra isso. Obrigada minha madrinha Selma (*In Memoriam*) por acreditar em mim.

Obrigada minhas amigas Zoraybe, Karina, Carol, Karol e Bia pelas melhores conversas embaladas por curiosidades históricas, e a partir disso terem me incentivado nessa troca de curso e nova jornada.

Elson, Lucas, Analuz, Andressa, Cássia, Carlos Augusto, Nayara e Carlos Alberto, sem vocês essa graduação não seria a mesma, pretendo levar nossa amizade adiante, vocês foram pessoas incríveis e agradeço a todos os acasos que nos ligaram.

Obrigada minha tia e chefe Ruth Helena. Fui privilegiada pela possibilidade de trabalhar em horário flexível e estudar, reconheço que essa não é a realidade e torço para que um dia a educação se torne possível a todos os trabalhadores. Minhas amigas do trabalho Sandra, Liliane e Rita, obrigada por todo apoio ao longo dessa jornada, obrigada por me permitirem ler meus textos da faculdade quando meu único horário disponível era o mesmo da labuta.

Obrigada professora Cristina Donza, pelas aulas incríveis de primeira república as quais me fizeram não querer desistir do curso.

Obrigada Cláudia Pessoa por ser luz na minha vida, por ser a pessoa que eu compartilho a dialética e a banalidade do cotidiano. Esse trabalho é pra você.

Agradeço imensamente aos meus orientadores que deram forma a esse trabalho, professor Silvio Ferreira Rodrigues e professor Aldrin Moura de Figueiredo, vocês me ajudaram de uma maneira que eu não imaginava, minha eterna gratidão a vocês.

Agradeço a UFPA ou como carinhosamente costumamos chamar “mamãe UFPA”. Essa instituição me deu valores para além de uma formação, aqui aprendi que o diferente é incrível e que nosso conhecimento provém de uma série de estudos anteriores aos nossos. Então, agradeço juntamente a todos os profissionais que lutaram em nome dos cursos de Ciências Humanas e sobreviveram à repressão. Sem essa persistência esse diploma não existiria.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o universo da cura e a atuação dos variados formuladores de medicamento, demonstrando que médicos e farmacêuticos, durante o regime republicano no Pará, disputavam espaço com sujeitos sem formação acadêmica. Para tanto, buscou-se analisar as hipóteses levantadas, tendo em vista o recorte temporal que vai da instalação da República (1889) até 1905, quando o governo do estado inaugura e consolida em Belém a primeira Escola de Farmácia. A metodologia, de cunho qualitativo, considerou a pesquisa bibliográfica e de fontes históricas levantadas em acervo digital e físico. No regime republicano em Belém, em nome da ciência e do interesse de médicos e farmacêuticos, houve um acirramento do combate às artes de curar de tradição popular, deslocando-as para as margens da legislação e colocando-as na categoria de práticas ilegais da medicina. Sem licença ou formação acadêmica para atuar nesse campo, curandeiros, parteiras, pajés e tantos outros foram acusados de exercício ilegal da medicina. No entanto, apesar desse combate ter ocorrido em diversas frentes, não foi definido em um único golpe, pois passou por várias fases de conflito e negociação. A insistência das artes de curar populares em permanecer ainda muito vivas em meio a tantos ataques, estava ligada à sua forte demanda por parte da população e, como foi o caso dos práticos de farmácia, na ambiguidade da própria legislação republicana que lhes permitia atuar livremente. Portanto, nas décadas iniciais da República, essas instituições ainda estavam longe de serem espaços totalmente medicalizados. A República que exaltava a ciência, no fundo, era voraz consumidora de “puçanga”. Assim, a história da farmácia, dos farmacêuticos e dos remédios na Amazônia não pode ser compreendida fora dos conflitos que ocorrem na sociedade. A própria história da ciência, longe de ser uma epopeia evolutiva e vitoriosa, esteve sempre permeada de conflitos e resistências que envolviam diversas concepções de mundo, assim como qualquer história dos homens.

Palavras-chave: Artes de cura. Regime republicano. Belém do Pará. Práticos de Farmácia.

ABSTRACT

The aim of this work is to reflect on the universe of healing and the work of the various medicine formulators, demonstrating that doctors and pharmacists, during the republican regime in Pará, competed for space with subjects without academic training. In order to do this, we sought to analyze the hypotheses raised, taking into account the time frame from the establishment of the Republic (1889) to 1905, when the state government inaugurated and consolidated the first Pharmacy School in Belém. The methodology, of a qualitative nature, considered bibliographical research and historical sources gathered from digital and physical collections. During the republican regime in Belém, in the name of science and the interests of doctors and pharmacists, there was an intensified fight against the healing arts of popular tradition, moving them to the margins of legislation and placing them in the category of illegal medical practices. Without a license or academic training to work in this field, healers, midwives, shamans and many others were accused of practicing medicine illegally. However, although this fight took place on several fronts, it was not defined in a single blow, as it went through several phases of conflict and negotiation. The insistence of the popular healing arts on remaining very much alive in the midst of so many attacks was linked to their strong demand from the population and, as was the case with pharmacy practitioners, to the ambiguity of the republican legislation itself, which allowed them to operate freely. Therefore, in the early decades of the Republic, these institutions were still far from being fully medicalised spaces. The Republic that exalted science was, in fact, a voracious consumer of "puçanga". Thus, the history of pharmacy, pharmacists and medicines in the Amazon cannot be understood apart from the conflicts taking place in society. The history of science itself, far from being an evolutionary and victorious epic, has always been permeated with conflicts and resistance involving different conceptions of the world, just like any human history.

Keywords: Arts of cure. Republican regime. Belém do Pará. Pharmacy Practitioners.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. “Pílulas Verdes” do Dr. Pinheiro Sozinho distribuídas na Pharmacia Baptista Campos	20
Figura 2. Pharmacia e Drogaria “Cesar Santos”	22
Figura 3. Drogaria Beirão	22
Figura 4. Pharmacia e Drogaria Pontes	23
Figura 5. <i>Saneal</i> , da Pharmácia e Drogaria Cesar Santos, 1911.	32
Figura 6. Anúncios de medicamentos no Jornal O Democrata	33
Figura 7. Anúncio das “Pílulas do doutor Dehaut” e do “Elixir depurativo do Dr. Pedro Chermont”.	34
Figura 8. A <i>Hydrologina</i> purificadora de águas insalubres	37

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CAPÍTULO 1. ENTRE MEMÓRIA FARMACÊUTICA E HISTÓRIA SOCIAL DA MEDICINA	14
1.1. Menemosine enferma: a memória farmacêutica na revista Pará-Médico	15
1.2. Remédios d’outrora: a memória farmacêutica segundo Clóvis Meira	18
1.3. Por uma história social dos remédios e da farmácia no Pará republicano ...	26
2. CAPÍTULO 2. RECEITANDO ESCARAMUÇAS: REMÉDIOS E MERCADORES DA CURA EM BELÉM	29
2.1. Alívio imediato: farmácia e propaganda de remédios em Belém do Pará	30
2.2. Farmacêuticos, práticos de farmácia e outras artes de curar	39
2.3. Formando “homens de ciência”: a fundação da Escola de Farmácia e seus desdobramentos	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
FONTES e REFERÊNCIAS	49

INTRODUÇÃO

No final do século XIX e início do século XX, a Amazônia e Belém do Pará passaram por intensas transformações econômicas e sociais, especialmente nas primeiras décadas do regime republicano inaugurado no Brasil em 1889. Nesse contexto, os homens de letra e políticos republicanos procuraram demarcar suas diferenças em relação à Monarquia, tida então como um regime ultrapassado. A cultura do Império, que estaria baseada nos estudos jurídicos, seria severamente combatida pelos republicanos, cuja ênfase recaía sobre as novas ciências sociais e naturais (Webber, 1999, p. 35).

Exemplar nesse sentido era o republicano Lauro Nina Sodré da Silva (1858-1944), formado pela Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, aluno de Benjamim Constant (1836-1891) e, como o seu mestre, adepto dos ideais positivista de Auguste Comte (1798-1857). Tendo sido um dos líderes do movimento republicano no país, tornou-se depois o primeiro governador constitucional do novo regime no Pará (1891-1896).¹

Outra importante figura desse meio intelectual paraense, de ideais cientificistas, era o médico José de Paes de Carvalho (1850-1940), que passou por formação na conceituada Universidade Médico-Cirúrgica de Lisboa, tendo assistido conferências de Louis Pasteur (Caccavoni, 1898) e se inteirado das teorias microbianas das doenças. Foi um dos fundadores do Club Republicano do Pará e governador do estado (1897-1899). Na mesma linha seguiram o advogado Augusto Montenegro (1867-1915), governador do estado no início do século XX (1901-1909) e o senador Antônio José de Lemos (1843-1913), intendente e reformador urbano de Belém na virada do século XIX para o XX (Sarges, 2004).

Para além das divergências políticas que marcam as correntes republicanas em disputa nesse período (FARIAS), o fato é que essas figuras que circulavam na arena intelectual paraense, inspiradas nos “avanços” ocorridos na Europa Ocidental, adotavam o mesmo binômio Civilização/Progresso como princípio de suas ações e não poupavam esforços para reordenar uma sociedade recém-saída da escravidão, partindo de ideais ditos científicos (Rodrigues, 2008, p. 18). Daí a forte intervenção urbana ocorrida nas principais cidades amazônicas enriquecidas com a exportação do *látex*, e que objetivava alcançar o mesmo patamar de salubridade e ordenamento de capitais europeias, como Londres e Paris (Sarges, 2000).

Uma maior preocupação com a salubridade urbana e combate às doenças epidemias e endêmicas foram a tónicas dessas autoridades paraenses nas décadas iniciais da República, o que levou a reorganização dos serviços de sanitários e ampliação e modernização de hospitais

¹ Biografia de lauro sodré

em Belém, como o Hospital da Santa Casa de Misericórdia em 1900 (Sarges, 2004, Rodrigues, 2021).

Nessa época, termos como “medicina” ou “ciência médica” passaram gradualmente a ser identificados com o campo experimental e com a bacteriologia, porém ainda não havia um consenso entre as várias autoridades públicas, profissionais de saúde ou as diversas artes de curar sobre o que seria realmente considerado “ciência”.

A Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, corporação que passaria a aglutinar grande parte dos médicos paraense em torno de seus interesses profissionais sob a bandeira da medicina experimental, foi inaugurada somente em 1914. Portanto, nas primeiras décadas republicanas, o que dominou em meio à sociedade foi uma diversidade de práticas terapêuticas, procedimentos e concepções de saúde e doença (Rodrigues, 2008, Figueiredo, 2006).

Tão diversificado quanto as concepções de “ciência médica” eram os sujeitos que atuavam no universo da cura. Sem licença ou formação acadêmica para atuar nesse campo, curandeiros, parteiras, pajés e tantos outros foram acusados de exercício ilegal da medicina, cerco esse que vinha se fechando desde Império. Apesar de toda a perseguição, eles não deixaram de atuar no estado, atendendo aos mais variados pacientes provenientes diferentes horizontes culturais.

Porém, é preciso dizer que ter uma formação acadêmica para praticar a medicina ou profissões afins nem sempre foi uma regra rigorosamente seguida nos primeiros anos da República no Pará. Basta dizer que algumas categorias sem formação acadêmica puderam atuar livremente nesse período, tendo até mesmo licença do governo assegurada em decreto legislativo, como procurarei mostrar aqui (Figueiredo, 2002).

Esse é o caso, por exemplo, dos chamados “práticos de farmácia”, figuras sem diploma ou formação, mas que dispunham de licença para exercer suas práticas terapêuticas em meio à população, dando conselhos terapêuticos e receitando remédios, em franca disputa com profissionais de saúde diplomados no Pará. É justamente sobre a diversidade terapêutica e a atuação dos variados formuladores de medicamento, em conflitos e negociação com outros profissionais de saúde, que me debruçarei neste trabalho.

A ideia é mostrar como médicos e farmacêuticos, ainda durante a República no Pará, tinham que disputar espaço com sujeitos sem formação acadêmica, que desfrutavam da aceitação popular e mesmo do aval oficial do regime. As questões levantadas aqui relativizaram o discurso de uma República que estaria estritamente baseado na “ciência”, como muitos de seus adeptos queriam, assim como mostra as suas contradições e conflitos, num momento em que a medicina científica buscava se firmar (Figueiredo, 2002).

Cabe dizer que esta monografia, por sua própria natureza, não tem a pretensão de esgotar o tema, mas de abrir caminhos para aprofundamentos posteriores, quando o tempo de pesquisa e reflexão serão mais amplos. No momento, o que se busca é analisar as hipóteses levantadas, tendo em vista o recorte temporal que vai da instalação da República (1889) até 1905, quando o governo do estado inaugura e consolida em Belém a primeira Escola de Farmácia para formar profissionais habilitados nesse ramo da ciência médica.

Aqui penso que, para além da necessidade de formação de farmacêuticos capacitados, resida também uma das primeiras reações das autoridades públicas contra os práticos de farmácia e todos aqueles que praticavam as artes de curar e manipulavam medicamentos sem habilitação acadêmica ou educação formal. Como outros, os práticos de farmácia passariam então para a ilegalidade, em mais uma demonstração do gradual processo de institucionalização da medicina acadêmica e sua constante pretensão ao monopólio da cura (Figueiredo, 2002).

Esclarecidos os objetivos que esta pesquisa pretende alcançar, agora falo brevemente do caminho que busco percorrer para contar essa história. Desse modo, vale dizer que dividi o referido trabalho em dois capítulos que se complementam. No primeiro, procurarei mostrar como foi construída no Pará uma memória social dos remédios e dos profissionais de farmácia, para, em seguida, inserir meu trabalho num debate mais amplo da historiografia e da história social da medicina e preparar a discussão que embasará o capítulo seguinte.

Já no segundo capítulo, tratarei mais especificamente do universo da cura e dos remédios em Belém do Pará, concentrando-me na atuação de farmacêuticos e, também, de figuras sem habilitação ou sem formação acadêmica para manipular, receitar e comercializar medicamentos, como os práticos de farmácia. Dos embates que se dão no universo da cura nesse período, veremos como esses sujeitos que, inicialmente tinham sua atuação respaldada pela legislação republicana, passam a ser considerados transgressores por exercício ilegal da medicina, como muitas categorias das artes de curar desse tempo.

CAPÍTULO 1. ENTRE MEMÓRIA FARMACÊUTICA E HISTÓRIA SOCIAL DA MEDICINA

A história social da medicina é um campo de estudo que examina a prática médica e a saúde pública a partir de uma perspectiva social, levando em consideração fatores culturais, políticos, econômicos e sociais (Porter, 1985; Bynum, 2000). Nesse sentido, os farmacêuticos e práticos de farmácia desempenham um papel importante dentro dessa concepção da história. Quando olhamos para o seu passado, vemos que eles têm uma longa história como sujeitos que lidam com a preparação e ministração de medicamentos, dividindo ou disputando espaços com outros sujeitos no universo da cura. Esses profissionais desempenharam um papel importante em comunidades nas quais o acesso aos médicos era limitado, atuando como intermediários entre os pacientes e os medicamentos (Pita, 2007).

Durante as últimas décadas, a profissão farmacêutica passou por mudanças significativas, com um maior foco na atenção farmacêutica, serviços clínicos e educação em saúde. Os farmacêuticos têm se envolvido cada vez mais na promoção da saúde, prevenção de doenças e na gestão de terapias medicamentosas. A história social da medicina nos permite compreender as mudanças no interior dessa profissão e como se relacionou com o contexto social em que esteve inserida (Pimenta, 2008).

Assim, entendemos que, para se chegar ao estágio que se encontra, foi necessário adotar uma série de estratégias que envolveu conflitos e negociações ao longo do tempo. Cabe dizer que no Brasil, já na segunda metade do século XIX, havia um movimento na capital do Império no sentido de garantir aos farmacêuticos o monopólio da profissão, pois, como afirma Santos Filho,

Durante a segunda metade do século XIX, a associação farmacêutica brasileira mais importante foi o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, que fez publicar, em 1877, a divulgação de um congresso, por meio da qual expunha a situação do exercício farmacêutico no Brasil. (Santos Filho, 1991, p. 372).

Ora, no início do século XX, também passou a fazer parte dessa luta pelo exercício exclusivo da profissão a construção de uma memória que se alicerçava numa história evolutiva da ciência médica, demarcando suas origens e elegendo seus heróis e vilões. A exemplo das corporações médicas que escreviam sobre o passado de sua profissão, não foi raro se contar uma história da farmácia e dos farmacêuticos que excluía outros sujeitos das artes de curar que não se encaixavam nessa memória colada à ciência médica. Portanto, neste capítulo, ao mesmo

tempo que procurarei contar um pouco do processo de construção dessa memória, também vou tentar inserir este estudo dentro de um debate mais amplo da história social da medicina, passando pela historiografia que trata atualmente desse tema (Rodrigues, 2008).

1.1 Menemosine enferma: a memória farmacêutica na revista *Pará-Médico*

Pode-se dizer que grande parte da história da medicina contada pelas próprias corporações médicas e profissões afins foi construída como uma luta política de afirmação da identidade profissional que consideravam dentro de uma visão positiva (Bresciani; Naxara, 2001, p.13). Também é possível afirmar que a perspectiva das corporações médicas ainda se alimentava de uma relação bastante tradicional entre história e memória, na qual a função daquele que conta a história, dentre outros atributos, “é ser o guardião dos acontecimentos públicos quando escritos para proveito de seus atores, para proporcionar-lhes fama, também em proveito da posteridade, para aprender com os exemplos deles” (Burke, 2006, p. 69).

Durante a Primeira República (1889-1930), essa concepção clássica de uma história “mestra da vida” continuava a fazer parte do repertório cognitivo dos mais diversos círculos intelectuais paraenses, como as figuras que giravam em torno do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), reinstalado em 1917 e no qual muitos médicos compunham o quadro associativo (Rodrigues, 2022). Não por acaso, os médicos incorporados na Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará participaram ativamente das efemérides pátrias organizados pelo IHGP e procuraram inserir as figuras exemplares da profissão numa galeria histórica inaugurada pelo referido instituto em março de 1918 (Figueiredo, 2006).

Em 1922, durante as comemorações do centenário da Independência do Brasil, os médicos da Sociedade Médico Cirúrgica do Pará lançaram um número especial de sua revista *Pará-Médico*, no qual contavam a história da profissão numa versão heroica da ciência, tecendo elos narrativos que ligavam a medicina no Pará à tradição mais ampla da medicina ocidental. Porém, é preciso dizer que, por mais que se esforçassem para acomodar essa história dentro de uma linha progressiva e evolutiva da ciência médica, foi difícil esconder um passado de intrigas, disputas e desentendimento em meio a esses “homens de ciência” que, como veremos, procuravam se formar em corporação profissional ainda nos primeiros anos da República.

O doutor Penna de Carvalho, membro da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará escreveu nessa revista comemorativa um artigo sugestivamente intitulado “Evolução da Medicina no Pará”, no qual, após fazer um balanço dos principais fatos e personagens que teriam marcado a história da medicina paraense durante a Colônia e o Império, passou a falar dos momentos mais

significativos da profissão ocorridos com o advento da República. Assim, segundo esse médico, agora revestido em historiador, em 8 de novembro de 1897 teria surgido entre classe médica e farmacêutica de Belém a ideia da fundação de uma associação com a denominação de Sociedade Médico-Pharmaceutica do Pará, com o intento de “tratar dos interesses científicos e sociais, ideia essa que teve por iniciador o Dr. Paes de Carvalho”. As reuniões dessa associação que abrigava médicos e farmacêuticos, tendo como primeiro presidente o veterano médico Américo Santa Rosa, costumavam ser realizadas no próprio salão de honra do Serviço Sanitário do Estado, “que funcionava naquele tempo na praça Saldanha Marinho, nº 19” (Carvalho, 1922, p.220).

Após três anos de existência, a Sociedade Médico-Pharmaceutica do Pará apresentou o primeiro número da *Pará-Médico*, revista mensal e órgão da Sociedade, cujos redatores eram os médicos “Pontes de Carvalho, João José Godinho e Américo Campos” (Carvalho, 1922, p. 220), que na década de 1910 seriam peças importantes na Sociedade Médico-Cirúrgica e na fundação da Faculdade de Medicina do Pará (1919).

A revista da Sociedade Médico-Pharmacêutica teve uma existência tão efêmera quanto a própria associação, sendo editados treze números durante dois anos, cuja última publicação saiu em abril de 1902. Mesmo assim, Penna de Carvalho não deixou de frisar aquilo que teria sido uma espécie de avanço para a corporação, afirmando: “Foi um grande campo aberto, onde as aspirações dos ilustres membros da corporação médica e farmacêutica puderam desenvolver-se e aproveitar-se” (CARVALHO, 1922, p. 221).

Porém, como ele mesmo reconheceria, em 1900 a Sociedade Médico-Pharmacêutica já havia passado por uma cisão, tendo o grupo divergente formado uma outra agremiação denominada Sociedade de Medicina e Cirurgia do Pará, “cujas sessões realizavam-se na residência do Dr. Pereira de Barros, na praça Barão do Rio Branco (Largo da Trindade) esquina da rua Gama e Abreu” (Carvalho, 1922, p. 221).

Essa nova agremiação também tinha sua revista, denominado *Annaes da Sociedade da Medicina e Cirurgia do Pará*, cujos redatores eram os médicos Henrique Mendonça, Silva Rosado, O’ de Almeida e Brito Pontes. (Carvalho, 1922, p. 221). Não temos muita informação sobre que fim levou essa associação, mas é provável que também tenha deixado de existir durante as disputas políticas que dividiram os republicanos Brasil afora na virada do século XIX para o XX, nas quais muitos médicos e farmacêuticos paraenses estavam envolvidos, como o próprio Paes de Carvalho. Segundo afirma Rodrigues (2008, p. 115), essa “cisão no interior da ‘classe médica’ deixaria uma grande ferida aberta, difícil de cicatrizar, simbolizando o fracasso dos esculápios em somar forças e conjugar os interesses de sua profissão”.

Não há dúvida de que essa dificuldade em se organizar em torno de interesses em comum tenha sido um dos maiores empecilhos para farmacêuticos e médicos se arrogarem o monopólio da cura, diante de outros sujeitos que atuavam às margens das leis ou dentro dela, mas sem formação acadêmica para isso, como eram os práticos de farmácia. Foi ainda na administração de Lauro Sodré, como procurarei mostrar no próximo capítulo, que os práticos de farmácia gozaram do direito de atuar dentro dos limites da legislação sanitária (Carvalho, 1922).

Vale frisar que, nesse tempo, o serviço sanitário do estado passou por reformas também nos governos de Paes de Carvalho e Augusto Montenegro. A memória médica trataria de deixar isso bem definido, porém sem tocar na existência dos práticos de farmácia. Penna de Carvalho, por exemplo, trata de afirmar que no governo de Augusto Montenegro, “o serviço de higiene progrediu a passos largos”. (Carvalho, 1922, p. 220).

O referido governador, de acordo com o decreto nº 1005, de 26 de abril de 1905, teria remodelado o Serviço Sanitário, “unificando todos os serviços médicos existentes no Estado”. Sobre o tema da farmácia ou do farmacêutico, que é o que mais nos interessa aqui, os médicos memorialistas salientam a fundação de uma escola profissional. Assim, num artigo da revista não assinado e intitulado “Escola de Farmácia de Belém do Pará”, discorrer-se com certos detalhes sobre a fundação, mudanças técnicas e regimentais pelas quais a instituição teria passado ao longo dos anos para se equiparar às suas congêneres federais de seu tempo (Carvalho, 1922).

A Escola de Farmácia teria sido criada pela lei nº 894 de 23 de outubro de 1903, curiosamente um ano depois de se acirrem os ataques por parte da imprensa paraense à atuação dos práticos de farmácia em Belém.² Em 1904, ainda na época do governo de Augusto Montenegro, essa instituição teria sido regulada pelo decreto nº 1.274 de 1º de fevereiro desse ano, tornando-se então “o segundo estabelecimento de instrução superior em nosso Estado” (Pará-Médico, 1922, p. 366).

Nesse mesmo número da *Pará-Médico*, que conta uma história a partir de dentro da corporação profissional, quase não há menção às outras artes de curar fora do campo oficial. Quando isso acontece, curandeiros, parteiras, pajés e outras figuras são vistos de forma pejorativa ou inferior, sem importância dentro uma sociedade que evoluía ao passo da ciência. Para os médicos memorialistas, ao dirigirem os olhares para o passado, o que interessava mesmo era colocar sua ciência numa linha progressiva da história, onde técnicas e instituições

² Essa questão será tratada no segundo capítulo desta monografia.

são aprimoradas e avançam ao longo do tempo. Ciosos de sua identidade em construção nesse momento, não arriscavam confundir suas práticas tidas como científicas com aquelas da chamada “cultura popular”.

1.2 Remédios d’outrora: a memória farmacêutica segundo Clóvis Meira

Nas décadas seguintes à fundação da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará e da Faculdade de Medicina do Pará, médicos memorialistas dariam continuidade à escrita da história da profissão seguindo a mesma linha interpretativa de seus predecessores, mas já imprimindo certa diferença que modificavam sensivelmente o olhar que os fundadores da associação médica haviam lançado sobre si e seu passado. Esse o caso de Clóvis Olinto de Bastos Meira (1917-2022), que fez parte das primeiras gerações de médicos formados pela Faculdade de Medicina do Pará, tendo sido aluno de vários daqueles que fundaram a instituição e que também giravam em torno da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará.

Durante a sua longa vida, Clóvis Meira, além de escrever sobre a memória da medicina no Pará, como os livros *Medicina de Outrora* e *Médicos de Outrora*, também tratou de outros temas e fez parte de diversas associações e círculos intelectuais locais e nacionais. Dentre outros cargos, por exemplo, ele foi membro da Academia Paraense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, titular do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, Presidente do Conselho Regional de Medicina do Pará e da Sociedade Brasileira de Medicina Legal.

Cabe dizer que as obras escritas por esse memorialista sobre a história da medicina no Pará também foram uma forma dele próprio incluir a sua biografia no passado da profissão. Os livros carregam em si boa parte de suas lembranças da infância e da adolescência, assim como suas experiências enquanto estudante e médico formado em Belém. Por questão de espaço, trato aqui apenas do livro *Medicina de Outrora*, mais precisamente dos capítulos “Meizinhas e Ungentos” e “A Medicina popular” que compõem essa obra forjada para elevar a memória da medicina oficial.

Diferente de seus mestres da Faculdade de Medicina do Pará que escreveram sobre o passado da profissão, Clóvis Meira inclui em seus livros algumas páginas sobre a medicina popular, porém não para ressaltar uma certa percepção positiva ou aceitação dessas artes de curar em meio à população, mas sim para desqualificá-las como resíduos de obscurantismo no interior da sociedade moderna. No capítulo “Meizinha e Unguento”, ele começa destacando que, na primeira metade século XX no Pará, quando ainda não existiriam os tentáculos das multinacionais e a indústria farmacêuticas engatinhava, “os médicos aprendiam a arte de

formular e os farmacêuticos, manipulando medicamentos, atendiam ao variado receituário” (Meira, 1989, p. 171).

Nessa época, segundo ele, eram preparados, quase à vista do freguês, as porções, os xaropes, os vinhos, as pílulas e as cápsulas. Fora isso, imperavam o óleo de rícino, a limonada de Rogé, a aguardente alemã, o “chá de bico”, que serviam para desobstruir o trânsito intestinal e “os cataplasmas, ventosas – simples e sarjadas – unguento e pomadas, para o uso externo, quando não mais existiam as sanguessugas” (Meira, 1989, p. 171).

Para provar a veracidade das informações, Clóvis Meira usa as lembranças de suas próprias experiências:

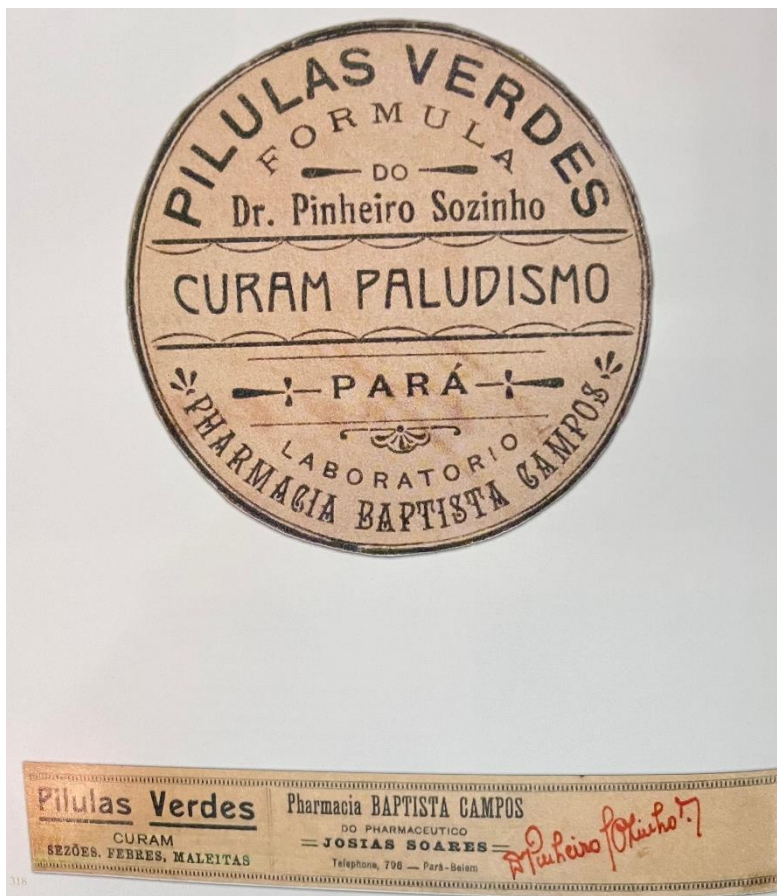
Ainda cheguei a pegar um pouco desse tempo, os professores Gabriel Rodrigues de Souza e Luiz Ramalho da Mota Araújo, ensinando as misturas e as combinações, as dosagens apropriadas e os veículos mais indicados para cada caso. Tudo era simples, e os resultados, ao que parece, muitos bons. Conta Humberto de Campos, em uma de seus livros de Memórias, que o farmacêutico da localidade alimentava a pequena farmácia de sua terra, um lugarejo do Maranhão, com um limoeiro plantado no quintal de onde tirava xaropes e infusos de diversas qualidades... Ainda no final da década de 1940, inspirado por José Maria Chaves e aprovado pelo dr. Acylino de Leão e por mim, usava-se na Legião Brasileira de Assistência um formulário com perto de duzentas variedades de produtos, preparados na Farmácia Central e que eram utilizado largamente pelos médicos que serviam à instituição. Existiam os tônicos, os anti-anêmicos, os vermífugos, e os anti-malária, dando ao médico variedade de escolha e saindo a custo muito em conta comparando-se da indústria farmacêutica, os produtos os mais modernos e mais sofisticados, impossíveis de ser ignorados, ainda que se tratando de medicina de massa (Meira, 1989, p. 171).

Porém, nesse tempo, completa o memorialista, teria sido bastante comum aos médicos, “pelo menos àqueles que se prezavam e que tinham um nome a zelar, ter nas prateleiras das farmácias um produto com o seu próprio nome, alguns alcançando popularidade, transpondo as fronteiras do Estado e chegando ao estrangeiro” (Meira, 1989, P.171). Esse seria o caso, por exemplo, dos medicamentos formulados pelo dr. Gasteira, que eram preparados na farmácia César Santos e dali mandados para toda parte, dos quais os mais famosos foram o Ventre Livre e o Regular Gasteira. Esse médico, quase sem clínica, temperamento esnobe, diz Clóvis Meira, teria feito “imensa fortuna com os produtos de sua patente, nascidos e fabricados no Pará” (Meira, 1989, p, 171-172).

Também teriam tido grande aceitação por parte consumidores em Belém as chamadas Pílulas Capper, do dr. Salomão Capper, “vendidas no Boulevard Castilho França, na loja dos Candeeiro, local de fácil acesso aos caboclos do interior. Eram indicados para a cura da ‘maleita’” (Meira, 1989, p.172). Não menos famosas eram as Pílulas Verdes, do dr. Pinheiro

Sozinho, professor de História Natural do próprio Clóvis Meira durante o ginásio e, depois, de Patologia na Faculdade de Medicina.

Figura 1. “Pílulas Verdes” do Dr. Pinheiro Sozinho distribuídas na Pharmacia Baptista Campos



Fonte: Marcas do tempo: Registros das marcas comerciais do Pará – 1895 a 1922. Belém. 2015

Esse medicamento para combater o impaludismo era preparado por um farmacêutico chamado Josias Soares, na farmácia Batista Campos, em Belém. Ainda para o combate ao impaludismo, disseminado por toda parte, segundo Clóvis Meira, “existia o ‘Elixir Indígena’, do Dr. Ferro e Silva, trazendo no rótulo o retrato do médico, que também era farmacêutico” (Meira, 1989, .172). Famoso também era Germminiliano de Lyra Castro, médico e político notório no Pará da Primeira República, tendo sido Ministro da Agricultura de Washington Luiz.

Lyra Castro foi professor de Medicinal Legal da Faculdade de Direito e especialista em oftalmologia e tinha o “Colírio Amarelo do Dr. Lyra Castro”, à base de óxido amarelo de mercúrio. No mesmo ramo atuava o conhecido dr. Tertuliano Pacheco, que “recomendava as fabulosas “Gotas Contra a Asma do Dr. Pacheco”, de larga aceitação, principalmente para o uso das crianças” (Meira, 1989, P. 172).

Já Agostinho Menezes de Monteiro, político, operador e parteiro, professor da Faculdade de Medicina e diretor da Maternidade da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, tinha o “Tônico das Parturientes”, recomendado para antes e depois do parto. Com o mesmo fim, o dr. Gastão Vieira, clínico, obstetra e médico legista, também receitava o “Vinho G. V.” “Não menos significativo era o “Oxiferro do Dr. Camilo”, fórmula do Dr. Camilo Salgado, grande médico e cirurgião, fundador da Faculdade de Medicina” (Meira, 1989, p. 172-173).

Além desses, havia o “Disolpedra”, curativo preparado com extratos de raízes e folhas medicinais da Amazônia, do Dr. Orlando Lima, recomendado como removedor de pedras renais e vesicais. Já para uso externo, existia a “Pomada do Dr. Lauro Magalhães”, que Clóvis Meira costumava aplicar nos pacientes da Santa Casa e na Beneficente Portuguesa. Também, muito difundido na capital e no interior do Pará, afirma o memorialista, “era o ‘Unguento Cruz’, fórmula do Dr. Miguel Cruz, farmacêutico e médico clínico, proprietário da farmácia Cruz, no Largo da Pólvora, esquina com a rua Riachuelo” (Meira, 1889, p. 173).

Já na década de trinta, Adriano Guimarães, formado no Rio de Janeiro, seguindo a tradição dos colegas mais velhos, lançou um tônico, o “O Toniado”, o “Pubiol”, indicado nas infecções de piolhos e outros parasitas, assim como registrou a injeção a que deu o nome de “Calbiol”, e “que nada mais continha do que gluconato de cálcio”. No mesmo caminho, como fisiologista, o médico Garcia Filho, professor da Faculdade, teria lançado o “Garcical” própria para as pessoas “enfraquecidas do peito” (Meira, 1989, p. 173).

Utilizando métodos sério e rigor científico e técnicas originais que o diferenciava dos outros, o médico bacteriologista Jayme Aben-Athar, ex-aluno de Oswaldo Cruz e um dos fundadores da Sociedade Médico Cirúrgica do Pará (Rodrigues, 2008), teria criado a vacina “Anti-inflamatórias”, preparada no laboratório da Santa Casa de Misericórdia do Pará (Meira, 1989, p. 173).

Segundo Clóvis Meira, muitos desses produtos, propostos por médicos, tiveram aceitação e ganharam grande popularidade, como as “Pílula Maravilha”, fórmula do farmacêutico M. Machado e manipuladas pela farmácia Machado, na rua João Alfredo, em Belém. Farmácias como a Beirão, a César Santos e a Central, consideradas pelo memorialista como as melhores de Belém, preparavam em seus laboratórios “uma gama enorme de produtos medicinais, extratos, infusões e tinturas de espécies de flora amazônica” (Meira, 1989, p. 174), muito procurados pela população. Abaixo, figuras com anúncios das Farmácias César Santos e Beirão:

Figura 2. Pharmacia e Drogaria “Cesar Santos”



Fonte: Marcas do tempo: Registros das marcas comerciais do Pará – 1895 a 1922. Belém. 2015

Figura 3. Drogaria Beirão



Fonte: Caccavoni (1898)

A imponente farmácia Cesar Santos importava “produtos quimicamente puros” e exportava suas especialidades farmacêuticas fabricadas em seus laboratórios. A figura abaixo contém um dos vários anúncios da farmácia, com a sua fachada e indicação do endereço onde estava localizada. Algumas farmácias eram alçadas ao reconhecimento nacional. Um exemplo é a “Pharmacia e Drogaria Pontes”, fundada em 1896 pelo Sr. João Manoel de Brito Pontes, o frequentado estabelecimento dizia ter por fundamento “VENDER ARTIGOS DA MELHOR QUALIDADE AOS MAIS MODICOS PREÇOS” (PARÁ, 2015.). O negócio da família Pontes galgou sucesso e se tornou um espaço de renome e reconhecimento no gênero farmacêutico em Belém.

Figura 4. Pharmacia e Drogaria Pontes

PHARMACIA E DROGARIA PONTES



A PHARMACIA PONTES — o frequentado estabelecimento que todo o Para conhece, é bem um admiravel attestado de quanto vale o trabalho perseverante, alliado á mais rigida honorabilidade.

Constituida modestamente em 1896, sob a firma *PONTES & FILHO*, foram seus socios fundadores o venerando e saudoso ancão sr. João Manoel de Brito Pontes, já fallecido, um bello exemplo do *selfmade man*, cujo nome é uma luminosa tradição de labor, honra, dez e bondade, e seus filhos Joaquim e Antonio de Brito Pontes, actuaes proprietarios do reputado estabelecimento.

A novel empresa bafejada pelo favor publico e sob a competente direcção do chefe da firma, teve rapido e brilhante desenvolvimento.

Tendo por norma—**VENDER ARTIGOS DA MELHOR QUALIDADE AOS MAIS MODICOS PREÇOS**—, em pouco tempo, a PHARMACIA PONTES captou uma clientela invejavel e grande renome em seus negocios, tornando-se uma das melhores casas no genero, não só do Para como do paiz.

E', pois, bem certo o adagio—*Labôr improbus omnia vincit.*

A Semana, Belém, v. 3, n. 123, p. 5, ago. 1920.

Fonte: Marcas do tempo: Registros das marcas comerciais do Pará – 1895 a 1922. Belém. 2015

No entanto, nesse campo da prescrição e formulação de receitas e medicamentos, Clóvis Meira sabia muito bem que médicos e farmacêuticos não estavam sozinhos e que, apesar do discurso triunfal, não detinham o monopólio da cura de uma vez por todas. Ao que tudo indica, ele parece assombrado com uma espécie de reavivamento do que chama de “medicina popular” ditada pela “crendice” que seus predecessores haviam combatido, mas que ameaçava

novamente invadir os espaços da medicina oficial ou alopática, permeando o ambiente institucional do estado. Tal receio pode ser observado no capítulo “A Medicina Popular”. Ali, embora haja uma riqueza de detalhes sobre as diversas artes de curar, o que prevalece são os preconceitos em relação a estas e uma defesa ferrenha da medicina oficial, que assim começa:

A Medicina Popular vem sendo constantemente citada como um meio alternativo de tratamento da poluição de baixa renda, com a força de vir a ser adotada como método terapêutico pelo Inamps, o que aliviaria as despesas decorrentes da Medicina oficial, a Medicina alopática.

Não há, entretanto, uma unidade de pensamento e nem mesmo uma uniformidade naquilo que venha a ser a “Medicina popular”, para muitos nada mais do que “Medicina Caseira” ditada pela voz da experiência e pela memória oral das pessoas, responsável pela propagação da credence de geração em geração, ainda que muitas vezes mutilada em seus propósitos e no modus faciendi (Meira, 1989, 214).

Em seguida, Clóvis Meira confessa que somente naquele momento estava tendo a oportunidade de ler “Rezadores, Pajés e Puçangas”, do antropólogo Napoleão Figueiredo, cuja 1ª edição veio a público em 1979. Nessa obra, Napoleão Figueiredo analisa a medicina popular em Belém e no Marajó, onde constata a venda de muitos medicamentos populares - puçangas - , principalmente nas feiras da cidade de Belém, assim como percebe a ligação de muitos de seus vendedores com manifestações religiosas como a umbanda, o batuque e a pajelança.

Ao lado disso, ressalta Heraldo Maués (1983, p.103), ele “leva em conta a relação de coexistência entre essa medicina popular e o que se poderia denominar de medicina ‘oficial’, isto é, aquela praticada por médicos treinados em universidades”. Na perspectiva de Clóvis Meira, nada poderia ser mais ameaçador à identidade da medicina oficial do que a tentativa de abolir as fronteiras construídas para separá-la da medicina popular. Mesmo assim, parece ter feito uma leitura atenta da obra de Napoleão Figueiredo, da qual afirma:

A leitura do documentário de exposição do professor Arthur Napoleão Figueiredo deixa ao leitor a impressão de que o uso de folhas, cascas, raízes, além de outros produtos colhidos na natureza, é um costume do paraense ou do amazônida, a feira do Ver-o-Peso servindo de “verdadeira” farmácia àqueles que creem nos benefícios dos chás, mezinhas, infusões, macerados, emplastos e outras maneiras de aplicá-los, acompanhados ou não de benzeduras e rezas. Pelo menos foi esse o meu entendimento, a floresta amazônica e os seus encantos favorecem essas práticas, pela variedade da fauna e da flora, além de outros segredos só do conhecimento dos indígenas, cultura herdada de seus antepassados e transmitida, oralmente, de geração em geração (Meira, 1989, p. 214).

Mais adiante, faz um balanço sumário da história da medicina e seu evoluir ao longo dos milênios, superando as superstições, derrubando dogmas religiosos, até atingir o seu mais elevado grau de ciência. Clóvis Meira então se interroga sobre o fato de que, em pleno século XX, “na era do computador, do domínio do espaço, das cirurgias de transplante de órgão, ainda pudessem existir “remanescentes dessas credences atávicas”. Afirma que compreende que

persistam “os costumes, os ranços, os misticismos de tempos avoengos, principalmente como herança atávica ligada à ignorância e à pobreza”, e que também, segundo ele, “ainda penetram nas camadas mais aculturadas da sociedade moderna” (Meira, 1981, p.215).

Porém, isso não seria um problema apenas do Pará ou do Brasil, país, segundo ele, “em que a falta de cultura é uma constante” (Meira, 1981, p. 215), mas um mal generalizado que ocorreria em outras regiões do mundo, como a França, que o memorialista chama de “berço da cultura universal, como também tem sido da própria Medicina” (Meira, 1981).

O memorialista diz que, com essas críticas, não está fazendo restrições “ao paciente e meticoloso estudo” de Napoleão Figueiredo. Muito ao contrário, ressalta ele, “é um repositório, um documento precioso de uma época, antes que tudo desapareça ou se transforme, deturpado pelo correr do tempo”. Mas não deixa de duvidar da eficácia da medicina popular que teria apenas efeito placebo, destacando que, “‘Medicina popular’ ou ‘Medicina Caseira’, como preferem outros, é uma coisa paliativa que dá a quem a usa a sensação de que está sendo tratado, daí surgindo paz de espírito, meio caminho andado para a cura” (Meira, 1989, p. 216). Porém, no final, não consegue esconder a reprovação à medicina popular que agora invadia os espaços da medicina oficial, há muito conquistados por seus predecessores nas instituições:

O paciente trabalho do professor Napoleão Figueiredo, elaborado pela visão do antropólogo e do homem de ciência, sei que nada tem que ver com esses comentários, mas serviu para mim, justamente para motivar essas considerações sobre “Medicina Popular”, presentemente revigorada pelo Inamps e que promete grandes saltos na saúde pública do Brasil.

Será a vota às catacumbas? (Meira, 1989, p. 218).

Clóvis Meira, portanto, encarando a medicina popular como ameaça à hegemonia da medicina acadêmica no interior das próprias instituições em que se havia encastelado, tecia um argumento de confronto tão bélico quanto àquele de seus professores fundadores da Sociedade Médico Cirúrgica do Pará. Se não era possível esconder o interesse de vários atores sociais pelas “puçangas”, que pelo menos esses remédios não fossem confundidos com o efeito curativo que supostamente detinha a medicina alopática ou acadêmica, e que não tivesse a pretensão de ocupar os mesmos espaços de poder.

No início da República no Pará, porém, a medicina dita “popular” campeava e a presença de sujeitos sem formação acadêmica nas instituições de saúde chegou a ser possível, até que o cerco se fechasse e as formulações e prescrições de medicamento fossem convertidas

em atividades exclusivas de médicos e farmacêuticos. Mas para isso, existiu uma longa história de conflito e negociação, ainda negada por certas históricas da farmácia que se querem sérias.³

1.3 Por uma história social dos remédios e da farmácia no Pará republicano

No tópica acima, o memorialista Clóvis Meira faz várias referências a medicamentos fitoterápicos provenientes da flora amazônica. Muitos dos saberes que eram articulados na composição desses remédios haviam passado de geração em geração em meio à cultura popular desde os tempos coloniais, tendo sido posteriormente apropriados pela medicina oficial. Apesar do discurso que procurava desqualificar esse conhecimento, à semelhança daquele feito por Clóvis Meira, no período colonial não se podia facilmente negar seus efeitos práticos, como afirma Vera Marques:

Se os saberes dos indígenas sobre a flora brasileira seriam usualmente descredenciados no nível discursivo, não parece tê-lo sido no nível prático. Utilizados como indicativo para coleta de espécies desconhecidas, tiveram seus usos posteriormente abalizados por experimentos científicos. E antes mesmo de esses medicamentos serem afirmados cientificamente, as plantas indígenas já constituíam capítulo de farmacopeias portuguesas e estrangeiras, o que demonstra os bons resultados por aqueles que as usavam (Marques, 1999, p. 70).

Para além da referência aos saberes indígenas, podemos dizer que no Brasil existia também uma grande variedade de práticas de cura desde o período colonial que utilizavam essa ou outras farmacopeias na formulação de remédios, assim como cultivavam diferentes concepções sobre o que seria saúde ou doença. Assim, por exemplo,

³ Refiro-me aqui, particularmente, ao recente artigo que foi publicado sobre a história da farmácia em Belém que tenta fazer uma síntese desse tema passando por todas as fases da história da cidade e do Brasil, partindo do século XVI até a atualidade. A narrativa, no entanto, sem dados convincentes ou mal interpretados, começa numa “Belém pré-colonial”, na qual os autores afirmam que já “havia uma farmácia belenense pré-colonial pautada no desenvolvimento sustentável entre o homem e a natureza mediante o uso dos recursos naturais de forma responsável e equilibrada” (.....). Após repassarem em algumas linhas todos os acontecimentos políticos do período colonial da Amazônia e a Independência do Brasil, os autores fazem um breve histórico da fundação dos primeiros cursos de farmácia no Brasil, ressaltando que, em Belém, o Curso de Farmácia do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará teria sido fundado em 1903 com a Escola de Farmácia do Pará que, em 16 de julho de 1941, passou a pertencer à Universidade de Ensino Superior Particular (UESP), denominando-se Faculdade de Farmácia. Em 1946 teria sido reconhecida pelo Ministério da Educação, tendo sido federalizada em 1950. Sete anos depois teria sido anexada à Universidade Federal do Pará, “transformando-se no Curso de Farmácia a partir de 01 de janeiro de 1971” (...). Embora os autores citem importantes passagens extraídas de Banena e Vianna sobre usos da flora amazônica como medicamento pela população, não problematizam o material, construindo uma análise muito pobre do que está ali. Para o período da Primeira República, os autores, entre outras coisas, falam rapidamente da Sociedade Médico-Pharmacêutica do Pará e preocupam-se mais em enumerar os variados estabelecimentos farmacêuticos e existiram nesse tempo. Não vou me alongar nesse debate. Basta dizer que, em grande medida, trata-se muito mais de uma história descritiva com o fim de encontrar as origens remotas da profissão.

Os *físicos* eram os bacharéis licenciados por universidades ibéricas; os *doutores* defendiam *conclusões magnas* ou tese em Coimbra, Montpellier e Edimburgo, os *barbeiros* praticavam pequenas cirurgias, além de cortar cabelo e cortar a barba; os *boticários* comercializavam drogas e concorriam com os físicos e os cirurgiões-barbeiros no tratamento de doenças. Havia também pessoas sem habilitação formal que receitavam e faziam curativos, de acordo com horizontes culturais diversos. Essas pessoas podiam ser curandeiros, pajés, benzedores, etc. (WEBBER, 1999, p. 21)

Porém, no século XIX, além do discurso que servia para desacreditar os saberes populares, também foram editadas legislações que restringiam o exercício legal da medicina à certas categorias. Pimenta (2004) afirma que, na Corte no Rio de Janeiro, a primeira metade do Oitocentos assistiu a mudanças significativas no exercício das práticas terapêuticas. Segundo ela, entre o final década de 1820 e início dos anos de 1830, estaria situado uma série de marcos nos quais podem ser observados o processo de institucionalização da medicina, como a Criação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e vários periódicos especializados. Também nesse período, ressalta Pimenta (2004, p. 68), “ocorreu uma redefinição do que seriam práticas terapêuticas legítimas perante o governo”.

Na mesma linha, outros estudos mostram que, ao longo do século XIX no Brasil, leis e regulamentações procuram estabelecer padrões e requisitos para a prática da medicina. Essas leis frequentemente exigiam que os médicos obtivessem licenças e diplomas específicos para o exercício da profissão, excluindo curandeiros e praticantes da medicina popular, que geralmente não possuíam a educação formal considerada necessária para as artes de curar. Não devemos esquecer também que a perseguição a curandeiros e outros praticantes das artes de curar no Brasil tinha uma dimensão cultural e étnica. Muitas vezes, essas práticas eram associadas a grupos étnicos marginalizados ou a tradições religiosas não reconhecidas, o que levava a um descrédito ainda maior por parte das autoridades (Silva, 2022).

Vale dizer, porém, que as tentativas da medicina acadêmica de se impor sobre as demais artes de curar gerou uma série de conflitos que repercutiriam ainda nas primeiras décadas da República, demonstrando a dificuldade da ciência médica em estabelecer o monopólio das atividades terapêuticas (Webber, 1999; Pimenta, 2004; Rodrigues, 2008).

Ainda na primeira metade do século XIX, Pimenta aponta alguns dos principais impactos produzidos pelas mudanças na legislação e pela ação de órgãos fiscalizadores:

As mudanças na legislação são evidentes. Em 1828 foi extinta a Fisicatura-mor – órgão do governo responsável pela fiscalização e regulamentação de todas as atividades relacionadas às artes terapêuticas. Os curandeiros e os sangradores foram desautorizados, excluídos das atividades legais. As parteiras foram desqualificadas

para uma posição subalterna e tiveram suas atividades apropriadas, o que serviu de expansão do mercado para os médicos (Pimenta, 2004, p. 68).

Mas foi somente na segunda metade desse século, durante o processo de centralização política do Império (1840 - 1889), que foi criada a Junta de Higiene, que intensificou a fiscalização sobre o exercício legal da medicina em todo o território nacional, assim como travou “um diálogo mais direto com as autoridades competentes pela execução e pelo julgamento dos processos”. Mesmo assim, a medicina oficial, segundo Pimenta (2004, p. 88) “ainda estava longe de efetivar o monopólio”. Na República, durante o Governo Provisório, com a “autonomização das práticas regionais”, originada do decreto-lei de 30 de dezembro de 1891, “foi determinado que os estados eram responsáveis pela organização sanitárias terrestres nas regiões” (Webber, 1999, p. 44).

Foi baseado nessa nova garantia de descentralização administrativa, segundo os princípios federalistas da Constituição (1891) na Primeira República, que as autoridades paraenses organizaram sua legislação sanitária, no qual definiram os parâmetros para o exercício da medicina e da farmácia. Se por um lado a regulamentação dessas atividades restringia a atuação quase exclusivamente a profissionais diplomados, por outro ainda abria brechas à atuação de sujeitos sem formação acadêmica, como os “práticos de farmácia”, que poderiam manipular, receitar e comercializar medicamentos respaldados na mesma legislação republicana. Ao lado desses sujeitos sem formação, mas autorizados a exercer a profissão, convivia e se confundia com eles uma diversidade de figuras nas artes de curar, numa disputa frequente com médicos e farmacêuticos no mercado terapêutico em Belém do Pará.

CAPÍTULO 2. RECEITANDO ESCARAMUÇAS: REMÉDIOS E MERCADORES DA CURA EM BELÉM

Xaropes, vermífugos, pomadas e todo tipo de “remédios maravilhosos” ou panaceias para todos os gostos e enfermidades eram vendidos nas farmácias do Pará na virada do século XIX para o XX. Esses estabelecimentos, caso o cliente necessitasse, atendia até mesmo por telefone, esse símbolo da modernidade tão exaltado pelo Império e pela República. Mas nessa época, tradição e modernidade também se misturavam, entravam em choque e negociavam. Enfim, eram tempos de afirmação do novo regime republicano e da medicina científica, que ainda teria um longo caminho até poder cantar suas próprias glórias.

Neste capítulo tratarei mais especificamente do universo da cura e dos remédios em Belém do Pará, concentrando-me na atuação de farmacêuticos e, também, de figuras sem habilitação ou sem formação acadêmica para manipular, receitar e comercializar medicamentos, como os práticos de farmácia. Dos embates que se dão no universo da cura nesse período, veremos como esses sujeitos que, inicialmente tinham sua atuação respaldada na titubeante legislação republicana, passam a ser transgressores por exercício ilegalmente da medicina e da farmácia, como muitas categorias das artes de curar desse tempo. Acredito que os primeiros indícios que procuram questionar a legitimidade da atuação dos práticos de farmácia ganham forma e força no início do século XX, nas páginas da imprensa e na fundação da primeira Escola de Farmácia do Pará.

O mercado da cura, então reivindicado por médicos e farmacêuticos diplomados, já começava a não tolerar os práticos de farmácia, esses leigos ou autodidatas que não passaram por faculdades de medicina e muito menos cultivavam uma única concepção sobre saúde e doença. Participando de amplo universo cultural, como era a cosmopolita Belém da época, não se encaixavam adequadamente na nova perspectiva microbiana das doenças, que aos poucos foi se tornando dominante nos hospitais e ganhando espaço na legislação sanitária. Discurso de combate às suas práticas começavam a ser tecidos, assim como seria fundada a instituição que deveria formar profissionais que se distanciassem dos praticantes dessa “medicina ultrapassada”.

2.1. Alívio imediato: farmácia e propaganda de remédios em Belém do Pará

Segundo Rodrigues (2021, p. 198), ““durante as primeiras décadas republicanas, os moradores de Belém do Pará viram uma série de instituições ligadas ao que chamavam de ‘socorros públicos’ dominarem a paisagem urbana”. E assim nos apresenta um quadro de instituições que marcaram a assistência pública paraense:

Nesse tempo, além dos hospitais Domingos Freire e São Sebastião, havia o Hospital da Caridade e o Asilo dos Alienados, que estavam sob a administração da Santa Casa. Numa ilha próxima, existia o Lazareto do Tatuoca, cedido ao Governo Federal para os serviços de quarentena aplicados às embarcações. No centro da cidade, encontravam-se o Hospital Militar Federal, o Hospital da Marinha, o Hospital Militar do Estado e a Escola de Farmácia. Entre as instituições particulares destacavam-se o Hospital Dom Luiz I, de propriedade da Real Sociedade Portuguesa Beneficente, que acolhia associados e indigentes, e o Hospital de São Francisco, pertencente à Venerável Ordem Terceira de São Francisco, quase privativo dos irmãos enfermos. Em momentos difíceis, como as épocas epidêmicas, os pobres podiam contar com as associações de caridades que socorriam os desvalidos. Entre as mais destacadas estavam a Liga Humanitária, a Sociedade das Damas da Caridade, a Imperial Sociedade Beneficente Artística Paraense, a União Salvaterrense, a Sociedade Beneficente Estrela do Oriente (CAMPOS, 1900) e a União Espírita Paraense, que expressava essa função caritativa desde a fundação [...]. (RODRIGUES, 2021, p. 198-199).

Boa parte dessas instituições foram construídas ou reformadas sob novos princípios administrativos e terapêuticos no contexto econômico da exploração e exportação da borracha na Amazônia, ganhando maior destaque no final do século XIX, quando houve um maciço investimento em cultura, ciência e equipamentos urbanos. Foi também nessa época que a figura do senador Antônio Lemos, intendente e reformador do centro urbano de Belém, passou a dominar os círculos políticos da capital paraense, tendo como principal adversário o tenente Lauro Sodré, então ex-governador do estado (SARGES, 2002).

A prosperidade econômica e financeira de Belém nesse tempo de *Belle Époque* criou oportunidade para uma diversidade de negócios e investimentos, que iam desde as lojas de departamento e modistas de inspiração francesa, até os espetáculos de ópera de companhias italianas e portuguesas no então majestoso Theatro da Paz, principal cartão postal da elite de Belém. Porém, nem tudo eram flores, modernidade e beleza, como queriam fazer acreditar as autoridades nos álbuns oficiais do estado onde figuravam as imagens do progresso da Amazônia a fim de atrair investimentos e imigrante para uma sociedade pós-abolição.⁴ Por mais que se

⁴ Uma discussão sobre os documentos fotográficos, boa parte publicado em álbuns, que serviam de instrumentos de propaganda dos governantes paraenses na última década do século XIX e no início do século XX, pode ser

falasse em ciência e salubridade nessa época, a Amazônia e Belém, em especial, continuavam a sofrer com as invasões epidêmicas e doença endêmicas para as quais não havia meios seguros de debelar –, “cólera, varíola, febre amarela, impaludismo, peste bubônica, tuberculose, sífilis e lepra foram uma constante nas primeiras décadas republicanas” (RODRIGUES, 2008, p. 28).

Mas se a ciência oficial não tinha solução para uma infinidade de enfermidades que afligia cotidianamente a população, promessas de apagar o sofrimento do corpo e adiar a morte não faltavam mesmo nos círculos mais abastados da sociedade. Basta dizer que, na virada do século XIX para o XX, remédios ditos de eficácia certa e curas fantásticas pululavam na imprensa, com suas propagandas de curas milagrosas que “geralmente vinham acompanhadas do testemunho do suposto curado, com um claro objetivo de convencer o leitor da eficiência terapêutica do remédio” (RODRIGUES, 2010, p.4).

O período republicano foi palco das mais diversas propagandas de medicamentos, que se diziam combater uma ampla gama de males e riscos à saúde. O pensamento moderno científico enveredou nas artes de curar, com os anúncios de medicamentos se legitimando através de um distanciamento e rejeição de práticas realizadas por outros agentes da medicina não oficial, que não possuíam o conhecimento científico necessário para validar seus métodos de cura. Nesse cenário de disputa, negociações e conflitos, buscava-se negar a eficácia e a confiabilidade de remédios caseiros, chás e ervas, e a busca se concentrava nos medicamentos, cuja segurança e eficiência eram garantidas pelo discurso científico. (Almeida, 2015, p. 88).

O poder institucionalizado gerava o saber e legitimava a medicalização. Em anúncio do sabonete *Saneal*, vendido como um sabão em barra que prometia curar todas as doenças cutâneas, o texto logo abaixo do nome do composto informava a aprovação pela Directoria do Serviço Sanitário do Pará. Em seguida, conferia legitimidade ao afirmar que o farmacêutico responsável pela fórmula, Benedicto Passarinho, possuía formação pela Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro. Segue-se a reprodução do anúncio em questão:

encontrada na dissertação de Rosa Cláudia Cerqueira Pereira, sob o título “Paisagens urbanas: fotografia e modernidade na cidade de Belém (1846-1908)”, defendida em 2006 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Ali a autora mostra como as câmeras fotográficas a serviço da propaganda do governo objetivavam divulgar uma cidade moderna de acordo com os modelos provenientes da Europa (PEREIRA, 2006).

Figura 5. *Saneal*, da Pharmácia e Drogaria Cesar Santos, 1911.



Fonte: Marcas do tempo: Registros das marcas comerciais do Pará – 1895 a 1922. Belém. 2015

As propagandas de medicamentos se tornam, assim, documentos legítimos, que nos permitem observar a cientificidade atrelada ao produto, indicando o pano de fundo dos confrontos que se instalavam no agenciamento da cura em Belém. Para uma pessoa aflita pela cura de uma doença grave ou o alívio de uma simples coceira, uma folheada na seção comercial dos jornais poderia renovar as esperanças, mesmo que ilusórias. Pode-se perceber que algumas páginas inteiras eram dedicadas ao anúncio da cura de diversos males. Encontra-se a divulgação do Elixir ante epidêmico formulado por Marciano Beirão, as Pílulas do Dr. Moraes Bittencourt. Dentre esses anúncios, um pode-se destacar pelo forte apelo ao pensamento científico que adentrara nos espaços de cura “O antídoto racional da Syphilis. O mais poderoso e soberano depurativo do sangue é a Tintura de Salsa, Teyuyá e Mururé “Beirão”.

Figura 6. Anúncios de medicamentos no Jornal O Democrata

The image shows a page from the newspaper 'O Democrata' from Belém do Pará, dated August 25, 1890. The page is filled with numerous small advertisements for various medicines and services. The ads are organized into several columns. Key advertisements include:

- Preservativo e curativo**: Advertisement for a medicinal product by Marciano Beirão.
- Centro Commercial PARAENSE**: Advertisement for a commercial center offering courses and reduced prices.
- EXTERNATO PARAENSE**: Advertisement for a preparatory course for higher education.
- Pensões**: Advertisement for rental or pension services.
- HORARIO**: A table listing various times and schedules for different services.
- PIARMACIA BEIRÃO**: Advertisement for a pharmacy by Marciano Beirão, listing various medicines like 'SALSA, TAYOTA e NICURAB'.
- Regulador da madre**: Advertisement for a medicinal product for women's health.
- Anéis electricos**: Advertisement for electrical rings.
- PILULAS**: Advertisement for pills, including 'AO BOUQUET MOÇAS'.
- SODALIAPIO**: Advertisement for a medicinal product.
- Para**: Multiple small advertisements for various products and services.

The page also contains some text at the bottom, including 'MANCHADA' and 'ILEGIVEL'.

Fonte: O Democrata, Belém do Pará, 25 de agosto de 1890

Por mais que na virada do século XIX para o século XX, Louis Pasteur (1822 – 1895) e sua teoria microbiana das doenças passassem a ser sinônimos de modernidade na ciência médica da qual Paes de Carvalho partilhava (RODRIGUES, 2021, p. 203), ainda circulavam nos jornais do Pará muitas outras concepções sobre a causa das doenças e seus meios terapêuticos.

Uma delas baseava-se no pensamento humoral, cuja chave para a saúde repousava na ideia do corpo funcionando como um sistema. Comida e bebida em abundância eram necessárias para atizar os fogos vitais. As regulares evacuações eram igualmente necessárias para prevenir bloqueios. Por isso as pessoas davam muita importância à provocação de vômitos, às sangrias, fazer “suadouros” e, acima de tudo, em purgar elas mesmas. Evacuações regulares e enérgicas ajudavam a manter o bom fluxo (PORTER, 2001, p. 98). As “pílulas do Doutor Dehaut”, de Paris, vendidas em Belém em 1890, baseava-se na teoria humoral e seu anúncio aconselhava os consumidores a não hesitarem de purgar-se quando precisassem (AS PESSOAS..., 1890, p. 4).

Numa rápida olhada na coluna ao lado, o leitor também encontrava o “Elixir depurativo do Doutor Pedro Chermont”, que prometia a cura radical da sífilis. O médico paraense, para inspirar confiança, alinhava o produto às suas credenciais de esculápio e farmacêutico bem formado, ressaltando as variadas doenças que poderiam ser curadas com o infalível depurativo.

Dizia ele ser sócio efetivo da sociedade de Ciências de Lisboa e do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro. Seu elixir constituiria “o mais poderoso depurativo e que melhores resultados têm produzido em purificar o sangue”. Podia ser aplicado a todos os temperamentos e a todas as idades, “constituindo assim um depurativo infalível, cedendo ao seu emprego todas as moléstias sífilicas, ainda a mais inveteradas”. Prometia também curar radicalmente as seguintes doenças: cancros, bubões, úlceras, vegetações, chagas antigas, manchas da pele, escrófulas, angina sífilica, úlceras e granulações sífilicas na boca, faringe e laringe, impigens, dartros, eczemas, herpes, lichen, sarnas e muito especialmente o reumatismo de qualquer natureza (TRATAMENTO ..., 1890, p. 4). Produto esse que, segundo o anúncio do diário, estava à venda em todas as farmácias.

Figura 7. Anúncio das “Pílulas do doutor Dehaut” e do “Elixir depurativo do Dr. Pedro Chermont”.



Fonte: O Democrata, Belém do Pará, terça-feira, 25 de fevereiro de 1890, p. 4.

Anúncios desse tipo podem ser encontrados nos jornais paraenses ainda no início do século XX⁵. Pomadas, elixires, sangrias e xaropes os mais variados povoam as colunas

⁵ Um dos artifícios mais utilizados para propagação dos produtos farmacêuticos foram os anúncios em jornais de grande circulação em Belém. Embora a princípio os jornais tenham se mantido como privilégios das elites, logo assumiram papel de destaque no cotidiano da vida na cidade. Em Belém, durante a primeira República, era frequente e comum remédios e suas muitas habilidades de cura serem veiculados nos canais midiáticos (Mesquita,

comerciais, baseados em princípios que iam desde as medicinas alopata e homeopática, até os horizontes culturais espíritas, indígenas e africanos sobre saúde e doença. Os medicamentos podiam ser importados, mas também preparados artesanalmente por médicos, farmacêuticos locais e mesmo por leigos, que aprendiam a formular também por meio dos manuais de medicina ou compêndios de farmacopeias encontradas nas livrarias de Belém e do interior da Amazônia.

Em 1898, por exemplo, a Farmácia César Santos, uma das mais afamadas de Belém, distribuía gratuitamente “O Novo Médico”, um manual de medicina popular baseado nos princípios terapêuticos da homeopatia (O NOVO..., 1898, p.3). Mais procurado ainda era o “Dicionário de Medicina Popular” do Dr. Chernoviz, receituário amplamente usado por médicos e pajés na capital paraense (FIGUEIREDO, 2002, 67). Muitos desses receituários afirmavam ter efeito sobre doenças incuráveis, como o câncer (cancro), que o elixir do Dr. Chemont dizia dar cabo. Prometia-se também curar doenças graves, como lepra, que era um sério problema desde os tempos coloniais na Amazônia, assumindo proporções avassaladoras no final do século XIX e início do século XX (RODRIGUES, 2008, p. 29).

O “mal de Lázaro”, como era popularmente conhecida a doença, afetava principalmente as classes populares. Relatórios hospitalares saídos na imprensa em meados do século XIX dão a dimensão dos sofrimentos que passavam as pessoas afetadas. Esse era o caso da preta Albina, escrava de Inácio Cardoso, do município de Óbidos, de 50 anos de idade, que tinha em sua companhia um filho de três anos, o qual tinha “duas pequenas malhas leprosas no corpo”. Já Albina, padecia há sete anos da doença, estava fraca e abatida, tinha a “lepra tuberculosa bem desenvolvida por todo o corpo”, alopecia, úlceras pequenas por muitos lugares, principalmente nas mãos e pés, malhas leprosas pelo dorso, e membros abdominais, “cor da pele alterada para fula”, além de úlcera no septo do nariz.

Assim, o relatório concluía a situação de Albina: “Está em tratamento há um mês; tem lhe saído bolhas, como queimaduras por todo o corpo; diz sentir grandes melhoras, e confia, que ficará boa” (RELATÓRIO, 1858, p. 2). Semelhante a ela se encontravam muitos outros no início do século XX no Pará. Em 1910, por exemplo, crendo na cura da lepra, o frei italiano Daniel de Samarate, principal liderança no interior do lazareto de Belém, fez o uso do popular “batatão” em busca de alívio para o seu sofrimento (FIGUEIREDO, 2002; GOMES, 2019).

2017). Dessa forma, as propagandas de pílulas, elixires, comprimidos, principais formas dos produtos farmacêuticos vendidos, e das respectivas farmácias onde poderiam ser encontrados adentravam o cotidiano e imaginário dos sujeitos da época.

Os medicamentos “infalíveis” ou “milagrosos” eram encontrados facialmente nas diversas drogarias e farmácias de Belém e do interior do estado. Na primeira metade do século XX, Belém possuía um conjunto destacado de farmácias alimentadas por seus laboratórios, capazes de competir com estabelecimentos congêneres Brasil afora. O memorialista Clóvis Meira ainda lembrava saudosamente de muitas delas, sendo que algumas chegaram ao existir por boa parte desse século. Então, vejamos:

Recordo, pelo menos, três dessas farmácias de alto padrão, mas acredito existissem algumas outras: a “Central”, na Praça da República, de Albino & Cia; a “Beirão”, na rua João Alfredo, de Carvalho Leite & Cia, e que teria sido fundada por João de Deus Braga Beirão e a “Cesar Santos”, na rua de Santo Antônio, de Cesar & Cia. Outras importantes, surgidas nos albores deste século, ao que sei, foram a “Nazaré”, no Ver-o-Peso, de Silva Rosado & Cia, a “Moderna”, na avenida Nazaré, do farmacêutico João Costa, a “Aurea”, na esquina da rua Manoel Barata, que teve vários nomes sucessivos, originária como farmácia Costa, depois Martins e finalmente Áurea, e a farmácia “Cruz”, na esquina da praça da República com a rua General Gurjão, pertencente ao farmacêutico e médico Miguel Cruz, mais tarde transferida para a avenida Getúlio Vargas, hoje desaparecida (MEIRA, 1989, p. 220)

Certamente, dentre esses estabelecimentos, o que mais se destacava era a farmácia Cesar Santos, fundada em Belém em 8 de dezembro de 1884 por Cesar Pedro dos Santos, um jovem farmacêutico formado pela Faculdade da Bahia e que se radicara em Belém. Com apenas 29 anos, Cesar Pedro dos Santos teria vindo de Caxias, onde nascera em 1855, e fundado o estabelecimento com seus próprios recursos.

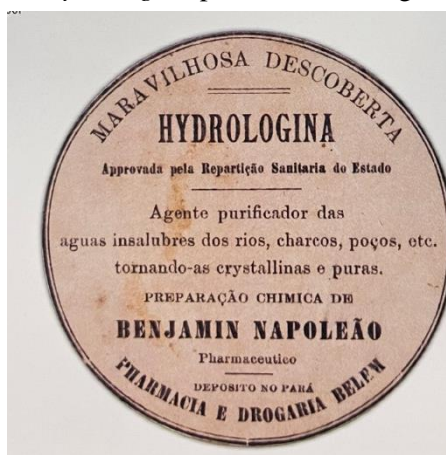
Clóvis Meira ressalta que, ao longo do tempo, as farmácias, mais do que a própria medicina, tiveram que se adaptar à nova ordem. Mudanças essas causadas pela invasão dos seus laboratórios de manipulação de drogas pela indústria farmacêutica, pelo poder das multinacionais, que ofereciam “os medicamentos já prontos, em ricas embalagens, transmitindo confiança aos médicos, aos hospitais e aos pacientes, o usuário final”. Assim, segundo ele, os grandes laboratórios de manipulação, os frascos coloridos que ornavam os balcões, as raízes, as folhas e sais, foram cedendo lugar às embalagens, já individualizadas, e os médicos deixando de lado a “arte de formular”, (MEIRA, 1989, p.220). De certa forma, algumas características das farmácias paraenses da virada do século XIX para o século XX ressaltadas pelo memorialista podem ser confirmadas por pesquisas recentes.

Para além de manipular e comercializar medicamentos, as farmácias paraenses das primeiras décadas republicana preservavam em seu interior antigos hábitos e costumes semelhantes àqueles cultivados nas boticas do distante século XVIII. Tal qual suas homólogas coloniais, “ainda não se encontravam esquadrihadas como lugar higienizado da aquisição dos medicamentos, mas desempenhavam um papel muito mais amplo de socialização do que conhecemos hoje” (RODRIGUES, 2008, p. 60). Além de vender remédios e ser ponto de

encontro, as farmácias também desempenhavam o papel de uma espécie de posto de primeiros socorros. No dia 22 de agosto de 1894, no final da tarde, quando caminhava na rua da Alfândega, em Belém, o menor Eusébio de Mattos Cardoso, de 8 anos de idade, filho de Honória Idalina Franco, veio a escorregar e a cair, fraturando os ossos do antebraço. Dirigiu-se então à Farmácia Chermont, onde foi prontamente medicado pelos doutores Paes de Carvalho, Miguel Pernambuco, Antônio Marçal, Epaminondas Passos e o farmacêutico Ignácio Nogueira, que se achavam na referida farmácia.

A imprensa afirmou ser “bastante digno de louvor o ato humanitário de tão distintos médicos e farmacêutico pela boa vontade com a qual se prestaram a consertar o braço do dito Eusébio de Mattos”. Tal ato, segundo o articulista do diário, “não podia ficar no olvido, e é de inteira justiça que seja confessado publicamente por quem o assistiu” (INCIDENTE..., 1894, p. 2). Embora fosse comum que médicos atendessem em farmácia, é provável que, pela quantidade e pelos nomes influentes, pudesse se tratar muito mais de uma reunião de correligionários republicanos.⁶ Por outro lado, o garoto, ao se machucar, não teve dúvidas em procurar uma farmácia, como era também comum na época. Além dos preparos voltados aos corpos enfermos, também era possível encontrar soluções direcionadas à eliminação ou contenção da insalubridade dos ambientes. A *Hydrologina*, foi uma preparação química do farmacêutico Benjamim Napoleão Vieira Lisboa, da Pharmacia e Drogaria Belém, que indicava purificar as águas insalubres de rios e outros corpos hídricos, servia para “clarificar qualquer água impura, com o depósito de todos os sedimentos nela contidos” (PARÁ, 2015., 2015, p. 306).

Figura 8. A *Hydrologina* purificadora de águas insalubres



Fonte: Marcas do tempo: Registros das marcas comerciais do Pará – 1895 a 1922. Belém. 2015

⁶ Para se ter uma ideia dos atendimentos médicos em farmácias em Belém, podemos tomar como exemplo o doutor Gurjão, “especialista em moléstias de crianças”, que em meados de 1900 dava consulta na Farmácia São João, que ficava no Largo de São João, das 7h às 8h, e na Farmácia Galeno, situada em Nazaré, das 9:30h às 10:30h (DR. GURJÃO, 1900, p.3).

Se atendimento médico e reunião política eram práticas antigas nas farmácias, vele dizer que esses estabelecimentos procuravam adaptar-se às novidades, adotando os signos da modernidade do final do século XIX. Pelo menos em Belém, em 1890 muitas delas já dispunham de serviços telefônicos para atender os clientes. Dentre essas descavavam-se, sobretudo, as Farmácia Minerva, Farmácia Navegantes, Farmácia Galeno, Farmácia Guarani, Farmácia Souza, Farmácia Nogueira, Farmácia Universal, Farmácia Esculápio, Farmácia Luso-Brasileira e Farmácia Chermont, na qual, como vimos, o menino Eusébio foi atendido (EMPRESA..., 1890, p. 4).

Em 1892, pelo número de telefone 180, era possível adquirir na farmácia de um tal de João Fellipe de Souza, situada no bairro do Reduto, numa casa de sobrado em frente à doca, as “Pílulas Vermífugas”, que dizia serem “inimigos acirradíssimos das lombrigas de crianças e adultos” (NA PHARMACIA..., 1892, p. 4). No anúncio não há menção à profissão de João Fellipe de Souza. É provável que, como outros em sua época, tivesse aprendido a formular e receitar medicamento nos manuais de medicina popular e atuasse livremente como prático de farmácia.

2.2. Farmacêuticos, práticos de farmácia e outras artes de curar

Na virada do século XIX para o século XX, Belém possuía números médicos e farmacêuticos formados por faculdades da Bahia, Rio de Janeiro e Coimbra ou com especialidades obtidas em faculdades de medicina francesas e de outros países da Europa. Muitos deles participavam de sociedades científicas Brasil afora, que exibiam como credenciais de competência profissional. Em 1890, em plena República, o farmacêutico Márcio Beirão, proprietário da Farmácia Beirão, situada na rua dos Mercadores, ainda ostentava em seus anúncios os títulos de Cavaleiro da Ordem de Cristo, Farmacêutico da extinta Casa Imperial, boticário de S. M. El Rei de Portugal, membro correspondente da Sociedade Farmacêutica Lusitana, formado pela Universidade de Coimbra e Faculdade de Medicina da Bahia (PREVENTIVO..., 1890, p. 3).

Márcio Beirão, farmacêutico e proprietário de farmácia, com todas as honrarias e títulos acadêmicos, tinha que dividir espaço no mercado terapêutico com pajés, curandeiros e práticos de farmácia, que nunca haviam pisado numa faculdade. Os práticos de farmácia, embora sem formação acadêmica, não sofriam perseguição por parte das autoridades. Muito pelo contrário: tinha direitos de formular e comercializar garantidos em lei e, de certa forma, eram respeitados no comércio. Gozavam mesmo de consideração em meio à classe operária paraense. Em 13 de julho de 1897, por exemplo, o jornal *O Binóculo* parabenizava um deles pela passagem de seu aniversário: “Faz anos hoje o nosso amigo Antônio da Costa Guimarães, prático da Farmácia Galeno. Parabéns” (ESCRITINIO..., 1987, p.2.)

O mesmo gesto de apreço é encontrado no jornal *República*, em 25 de março de 1900, que dizia o seguinte: “Cercado de numerosos amigos festejam hoje seus aniversários natalícios os ilustres moços cearenses José Inácio Pessoa e Pedro Numa Pessoa, aquele prático de farmácia e este funcionário da nossa repartição postal” (BOLETIM... 1900, p.1). Já em 6 de março do 1890, *A Voz do Caixeiro* assim anunciava o retorno de uma viagem ao Nordeste de outro prático de farmácia: “Chegou do Ceará, onde estava a passeio, no vapor nacional *Manaus*, o nosso prezado amigo e colega Raimundo Juaçába, distinto prático da Farmácia Minerva. Cumprimentamos” (CHEGADA..., 1890, p. 3).

Provavelmente, vários desses práticos de farmácia vinham de outros estados da federação, como o Ceará, de onde também chegavam trabalhadores para os seringais. Certamente eram alfabetizados e integravam os trabalhadores do comércio, prestando serviço em alguns dos mais importantes estabelecimentos farmacêuticos da época.

Não há dúvidas que, na década de 1890, a atuação dos práticos de farmácia passou a ser amparada pela legislação. No regime republicano no Pará, a regulamentação das artes de curar teve início em 1896, ou seja, já no final do primeiro mandato do governador Lauro Sodré (1891-1897). É isso, portanto, que vemos nos Atos do Poder Executivo do Pará daquele ano, especificamente no decreto n. 302, de 24 de agosto, que então dava regulamento ao Serviço Sanitário do estado. O capítulo VI desse decreto tratava, sobretudo, do exercício da medicina, da farmácia, da obstetrícia e da arte dentária. No seu artigo 56, por exemplo, dizia que só seria permitido o exercício da arte de curar em qualquer de seus ramos e por qualquer de suas formas,

- I. Às pessoas que se mostrarem habilitadas por títulos conferidos pelas Faculdade de Medicina da República dos Estados Unidos do Brasil;
- II. Às que sendo graduadas por Escolas e Universidades estrangeiras, oficialmente reconhecidas, se habilitarem perante as faculdades de medicina do Brasil, na forma dos respectivos estatutos;
- III. Às que tendo sido, ou sendo professores de Escolas ou Universidades estrangeiras, requerem à inspetoria do Serviço Sanitário licença para o exercício da profissão, a qual poderá ser concedida, se apresentarem documentos comprobatórios da qualidade de professor e de terem exercido clínica, devidamente certificados pelo agente diplomático da República ou, em falta deste, pelo cônsul brasileiro;
- IV. Às que sendo graduadas por Escolas e Universidades estrangeiras, oficialmente reconhecidas, provarem que são autores de obras importantes sobre medicina, cirurgia ou farmacologia, e que requerem licença à Inspeção do Serviço Sanitário (ATOS ..., 1896, p. 140-141).

O parágrafo único do mesmo artigo 56 dizia ainda que as mesmas disposições eram extensivas às pessoas que se propusessem a exercer as funções de farmacêutico, parteira e dentista (ATOS ..., 1896, p. 141). De certa forma, ao tratar do exercício de farmácia, a legislação procurou assegurar esse direito aos farmacêuticos. No artigo 61, por exemplo, o exercício simultâneo da medicina e da farmácia era expressamente proibido, ainda que o médico possuísse o título de farmacêutico. O médico, porém, caso estivesse estabelecido em lugar onde não houvesse farmácia, poderia fornecer os medicamentos necessários ao tratamento de doentes, sem que lhe assistisse, em hipótese alguma, o direito de ter farmácia aberta ao público (ATOS..., 1896, p. 142).

O artigo 62 impunha mais restrições, pois proibia também a associação comercial entre médico ou cirurgião e farmacêutico para a exploração de indústria de farmácia, sendo que seu parágrafo único não incluía nessa proibição as sociedades anônimas (ATOS ..., 1896, p. 142). Já o artigo 63 determinava que nenhuma farmácia no estado seria aberta ao público sem licença da Inspeção Sanitária, enquanto o artigo 64 asseverava que só a profissional competente e habilitado seria concedida licença para abrir laboratório químico, assim como somente a farmacêutico habilitado seria dada permissão para dirigir farmácia (ATOS ..., 1896, p. 142).

Porém, o artigo 83, dizia que nenhum farmacêutico poderia dirigir mais de uma farmácia ou oficina, ou fazer nela outro comércio que não fosse o de drogas e medicamentos e em geral objetos de uso médico-cirúrgico ou higiênico, nem exercer outra profissão ou emprego, que o afastasse do estabelecimento, privando-o de sua fiscalização. Também determinava que a residência do farmacêutico seria na localidade em que estiver estabelecido; porém, em seus impedimentos temporários, este poderia deixar encarregado da administração da oficina ou farmácia um praticante de sua inteira confiança, de cujo procedimento seria responsável perante a autoridade sanitária (ATOS ..., 1896, p. 146). Aqui chegamos a um dos pontos mais interessantes da questão, onde sujeitos sem diploma podiam exercer a farmácia amparados pelas leis.

Vale dizer que, a legislação, ao buscar coerência, procurou priorizar os profissionais diplomados, porém, acabou também abrindo espaço àqueles sem formação acadêmica. O artigo 85, por exemplo, afirmava que na localidade onde não houvesse farmácia dirigida por profissional diplomado, a Inspetoria do Serviço Sanitário poderia conceder licença a um praticante, “covindo se entender conveniente o Conselho Municipal, os delegados de higiene ou as autoridades locais” (ATOS..., 1896, p. 146). Já segundo o artigo 86, para obter a licença para atuar nessas localidades, era necessário que o praticante se mostresse habilitado por meio de um exame prestado por uma comissão nomeada pelo Inspetor do Serviço Sanitário, a que deveria “o pretendente requerer o referido exame, apresentando documentos comprobatórios de sua probidade e competência” (ATOS..., 1896, p. 146).

Requerida a licença e satisfeitas essas exigências, o artigo 87 asseverava que o Inspetor faria publicar, à custa do requerente, por oito dias sucessivos, o teor do requerimento no Jornal Oficial do Estado e no município, onde o praticante pretendia se estabelecer, declarando que, se em trinta dias depois do último anúncio nenhum farmacêutico formado comunicasse aos mesmo Inspetor “resolução de estabelecer farmácia na localidade”, seria concedida ao praticante a licença requerida. Se, porém, algum farmacêutico comunicasse que pretendia se estabelecer na referida comunidade, o Inspetor o intimaria a comparecer na repartição e assinar um termo, no qual se comprometeria a abrir a sua farmácia dentro do prazo que fosse marcado (ATOS..., 1896, p. 146). Depois disso feito, segundo o artigo 87, a Inspetoria do Serviço Sanitário faria o dito farmacêutico declarar pelo Jornal Oficial. Caso contrário, a licença solicitada seria concedida ao praticante que primeiro tivesse requerido, sem que outro qualquer ficasse privado de obtê-la a juízo da Inspetoria. A partir daí, o praticante poderia ter seu direito mais firmemente assegurado na legislação (ATOS..., 1896, p. 146-147). No artigo 89, ficava definido que, concedida ao praticante licença para abrir farmácia, esta subsistiria “ainda mesmo que na localidade venham

estabelcer-se farmacêuticos formados”, só deixando de subsistir se o pratico tivesse “alienado a sua farmácia de qualquer modo” ou tivesse se ausentado da localidade por tempo superior ao concedido ao farmacêutico no artigo 83, salvo, porém, se durante a sua ausência, a farmácia fosse administrada por profissional habilitado, que assumiria a responsabilidade. Por fim, no parágrafo único desse artigo dizia ainda que da concessão de tais licenças haveria recurso para o Governo do Estado (ATOS..., 1896, p. 147).

No entanto, é preciso ressaltar que a tentativa da legislação de regulamentar e controlar a atuação dos práticos não parava nesse ponto. O artigo 90, assegurava que seriam matriculados na Inspeção do Serviço Sanitário todos os práticos de farmácia, assim como seriam registrados na repartição os documentos referidos no artigo 86 (ATOS ..., 1896, p. 147). O parágrafo único desse artigo também determinava que os gerentes de farmácia deveriam comunicar à inspeção do serviço Sanitário o nome, a idade e a naturalidade dos práticos que admitissem em seus estabelecimentos, “no prazo de oito dias, depois de sua admissão, e bem assim a participar à mesma Inspeção a sua retirada, dentro de igual prazo” (ATOS..., 1896, p. 147). Porém, era o artigo 92 desse capítulo do referido regulamento sanitário que, de certa forma, colocava o prático de farmácia em pé de igualdade com o farmacêutico diplomado no restrito direito de formular e comercializar medicamentos. Vale a pena citá-lo na íntegra aqui:

Art. 92. – Só a farmacêuticos diplomados, e a práticos competentemente licenciados, compete o direito de preparar e expor a venda de especialidades farmacêuticas de invenção própria ou alheia e quaisquer preparados a que sejam atribuídas propriedades medicinais ou curativas (ATOS..., 1896, p.147).

Desse modo, um prático de farmácia, como José Inácio Pessoa, que provavelmente aprendeu o ofício nas páginas dos manuais de medicina e farmacopeias que caíam em suas mãos, exercia o mesmo direito de preparar e vender medicamento assegurado a um farmacêutico bem formado, como era Márcio Beirão. E podemos dizer que a legislação republicana ampliava a atuação do prático para muito além desse papel. O artigo 93, por sinal, asseverava que os estabelecimentos públicos, hospitais, casas de saúde e outros congêneres, que tivessem pessoal numeroso, poderiam ter farmácia destinada a seu uso particular. Essas, como as demais farmácias, ficariam sujeitas a licença e vigilância da autoridade sanitária e deveriam “ser dirigidas por farmacêuticos legalmente habilitados ou praticos devidamente licenciados na forma do artigo 86” (ATOS..., 1896, p. 147-148). Ou seja, além de atuarem no mercado privado, podiam ser admitidos em instituições de saúde públicas.

Nos primeiros anos do século XX, como já vinha ocorrendo havia muito com outros sujeitos das artes de curar fora do controle das autoridades sanitárias, como pajés, parteiras e

toda sorte de curandeiros, os práticos de farmácia, mesmo na legalidade, também passaram a ser alvos de ataques ferozes feitos por setores da imprensa e farmacêuticos que os viam como concorrentes ilegítimos. Um dos casos de maior repercussão foi analisado por Rodrigues (2008), o qual vale a pena voltar aqui para concluir este tópico. Trata-se da morte do doutor Numa Pinto por um suposto envenenamento produzido por remédio receitado por um prático de farmácia que atuava no Hospital da Ordem Terceira de São Francisco, em Belém. Numa Pinto era um repetido médico dos círculos intelectuais e literários da capital paraense, cuja morte foi amplamente lamentada na imprensa, até mesmo pelo afamado cronista e literato Marques de Carvalho que, em abril de 1902, desfechou o ataque mais duro e furioso à classe dos práticos. Creio que esse foi um dos primeiros ataques que visava combater e excluir esses sujeitos das artes de curar, até então permitidos na legislação republicana. Assim, vejamos o que disse o indignado Marques de Carvalho sobre os práticos:

D'entre as anomalias freqüentes encontradas em nossa existência de povo descuidado, avulta essa entidade vulgarmente conhecido pela designação de prático de farmácia. São pessoas às quais a permanência mais ou menos longa em laboratórios farmacêuticos, o convívio com boticários e clínicos durante determinado período e uma boa dose de ousadia, animam a arvorarem-se por seu turno em farmacêuticos. A indolente tolerância atrás aludida e um exemplar de Chernoviz – quando não um simples Dujardin-Beaumetz – fazem o resto. Aos poucos meses, ei-la, a nova farmácia, que ostenta as suas lustrosas armações com severas esculturas e brilhantes vidraças, através das quais se alinham os frascos de medicamentos, os boiões das pomadas, os vidrinhos dos venenos sutis, dos corrosivos ferozes, as cristalizações dos alcalóides naturais, toda tremenda série de substâncias fulminantes. [...] Ponde, porém, à frente d'um d'esses estabelecimentos para cuja fiscalização ainda não nos parece bastante exigente as nossas leis; ponde ali, dizíamos entre aquelas armações, rodadas desses vidrinhos assustadores, a ingenuidade de um homem falho da educação científica e ignorante do valor de uma unidade infinitesimal no efeito de um tóxico, - e tereis necessariamente resultados funestos como o que enlutou, com a distinta família Pinto, à sociedade paraense inteira. Porque é necessário dizê-lo e repeti-lo: o caso do qual nos ocupamos não é fato singular no nosso meio, onde até as drogas tem seções para despacho de receituário médico. Antes são mais freqüentes do que se imagina esses enganos fatais, - na terra das farmácias sem farmacêuticos, onde as mais melindrosas receitas são executadas pelos práticos sobre o balcão comum, à vista do público, entre conversas e pilherias sobre os assuntos culminantes do dia. Pessoalmente, podem tais práticos possuir as mais estimáveis qualidades cívicas. Não é desta, porém, que se exige a contribuição constante nas farmácias e sim das aptidões peculiares, de que eles absolutamente carecem. São-lhes deficientes as mais rudimentares noções de classificação das substâncias tóxicas – e entretanto manipulam poções e pílulas cuja a base são os mais violentos venenos. [...] É a mais completa demonstração do estado atual de muitas farmácias d'esta capital e, o que é mais grave, de alguns estabelecimentos para tratamento simultâneo de coletividades beneficentes. É também a prova da tolerância de quem quer que seja a quem competiria, na primeira linha dos deveres profissionais, cumprir a letra do próprio código penal da República, a bem da vida dos seus concidadãos. (CARVALHO, 1902, p.1)

O ataque à figura do prático de farmácia, “um homem falho da educação científica”, sobrou também para a frouxa legislação republicana, que ainda assim não era cumprida

integralmente pelas autoridades sanitárias, que tinha à frente o doutor Francisco da Silva Miranda no cargo diretor do Serviço Sanitário do Estado. Francisco da Silva Miranda, tentando defender a posição do governo, citou então artigos da legislação para demonstrar que os práticos eram amparados pelo códigos sanitária estadual e tinham permissão para manipular medicamentos (Cf. RODRIGUES, 2008, p. 63).

Seja como for, as críticas severas de Marques de Carvalho num dos jornais de maior repercussão levava, sobretudo, à desqualificação dos práticos ao mais baixo grau de consideração, comparados apenas àquelas artes de curar populares concorrentes e condenadas pela medicina oficial. Da prestigiosa posição de sujeitos respeitados nas artes de curar, como médicos, dentistas, farmacêuticos e parteiras diplomadas, agora eram colocados ao lado de outros sujeitos condenados pela legislação. No ano seguinte a esse fato, e provavelmente por conta disso, surgiu a ideia de fundar em Belém uma escola de farmácia, que formaria profissionais legitimados pelos conhecimentos ditados pelo que se considerava a verdadeira ciência de formular.

2.3. Formando “homens de ciência”: a fundação da Escola de Farmácia e seus desdobramentos

Pouco mais de um ano após a morte do médico Numa Pinto, como vimos, foi criada a Escola de Farmácia pela lei nº 894 de 23 de outubro de 1903, sendo regulamentada pelo governador Augusto Montenegro por meio do decreto nº 1.274 de 1º de fevereiro de 1904. Porém, a criação dessa, que foi uma das primeiras instituições de ensino superior do Pará, não se constituiu em uma unanimidade entre os letrados. Pelo menos é isso que se percebe em parte da opinião da imprensa saída à época. Sob o título “Voltados para o poente”, uma alusão às decisões do congresso paraense que iam em sentido contrário ao que seria o verdadeiro interesse popular, ainda em 12 de novembro de 1903, um cronista do jornal *O Industrial*, publicado no município de Cametá, teceu severas críticas à ideia de criação da Escola da Farmácia.

Na opinião do cronista, a instituição nascia num momento inoportuno, além de ser toalmente desnecessária. Em 1903, o Pará estaria passando por uma crise econômica que afetava profundamente as finanças públicas e exigia providências urgentes do congresso estadual que, reunido no início de setembro daquele ano, deveria tomar medidas para resolver

ou minorar os “males” que aflingiam a população. No entanto, não teria sido esse o resultado das decisões tomadas ali. Segundo o cronista:

Foi-se escoando o tempo, passando os dias, correndo os trabalhos e ganhando-se muito santo suor do povo, representado no dinheiro público, que se encerrou o Congresso Estadual. Salientando-se com grandes aplausos dos otimistas da situação a *criação de uma Escola de Farmácia*.

Um empreendimento tão anômalo, tão vesgo e tão avesso às necessidades que nos constroem de toda parte; a uma criação tão contrária aos interesses da família paraense, quando outros muitos são os interesses instantes que reclamam os poderes do Estado, não temos um qualificativo sofrivelmente adequado sem que nesse qualificativo contenha um certo azedume capaz de fomentar o excesso do açúcar dos criadores da tal Escola de Farmácia (VOLTADOS..., 1903, p. 1.)

O parteiro desse “mostrengo” ou “aleijão”, como se referia o cronista à Escola de Farmácia, teria sido um médico. Mas a culpa de tal anomalia recaía sobre todos os outros congressistas compostos de bacharéis em direito, artistas, comerciantes e agricultores, sobretudo por “terem reconhecido a monstruosidade do feto que acabara de nascer e não terem ordenado ao dito médico partejador cortar a bisturi o monstrengo, fazendo-se logo enterrá-lo sem bastismo e sem mausoleu” (VOLTADOS..., 1903, p. 1.). Em seguida, o cronista afina a crítica à criação da Escola de Farmácia e sua inteira falta de propósito;

Uma Escola de Farmácia no Pará!!!!...

Ou os homens do Congresso interpretam muito mal a grita do povo - *Remédios para os nossos males* – ou não têm deliberadamente querido atender a essa grita, oferecendo-lhe remédio apropriado.

- Remédio para nossos males – por tanto é necessário criar uma Escola de Farmácia, para formar farmacêuticos que preparem remédios para o povo, não é, não pode ser, todos podem afirmar que não foi a ideia do congresso, porque esses males do que nos queixamos não são as doenças que nos aflingem fisicamente. Para estas já temos os médicos aos centos e as farmácias quase em igual número, a homeopatia inofensiva em suas diversas formas, a hidropatia com a sua fluvial farmácia, os curandeiros pouco sugadores com seus paneiros de raízes, folhas secas e ervas e muitos outros recursos extremos de que se lança mão em casos de necessidade ((VOLTADOS..., 1903, p. 1.)

Ou seja, segundo o cronista, o Pará já dispunha de muita gente atuando nas artes de curar para atender a população, contando com centenas de médicos, farmácias que vendiam remédios com diversos princípios terapêuticos, e até os curandeiros com seus paneiros de folhas, ervas e raízes para a cura dos males físicos. Porém, continuava ele,

Para os males sobre o apelido geral de – necessidades populares – para as quais precisamos de remédios prontos e bem aplicados e que não podemos ir buscar à Farmácia, nem à botica homeopática, nem ao rio, nem ao paneiro do curandeiro, para esses males é que precisamos da solicitude do Congresso, do seu patriotismo, do seu desvelo semi-paternal, do cumprimento dos seus deveres constitucionais.

E quando ao povo, estrebuchando, presa involutária d'esses males ou necessidades, clama por medidas salvadoras, atira-se-lhes, como tábua, com uma Escola de Farmácia e cada um que se agarre a ela.

Escárnio ou irrisão?! Nem uma, nem outra cousa; os nossos homens estão *voltados para o poente do progresso* (VOLTADOS..., 1903, p. 1.).

Por esse ângulo, fica claro que a criação da Escola de Farmácia esteve longe de ser uma demanda popular urgente para suprir a falta de profissionais nas artes de curar. Proposta por um congressista médico e apoiada por outros que ignoravam o interesse popular, podemos concluir que a criação da instituição se inseria no processo de monopolização da medicina oficial sobre o universo da cura, que ganharia força nas décadas seguintes. Sendo uma demanda de médicos e farmacêuticos, a Escola de Farmácia servira para formar profissionais dentro dos novos princípios terapêuticos e da concepção de saúde e doença microbianas, deixando de fora aqueles que não adotassem os mesmo princípios.

Enfim, buscava-se uniformizar as práticas e concepções médico-farmacêuticas balisadas na alopatia e na ciência médica pasteuriana. Em mensagem dirigida ao congresso legislativo do Pará em setembro de 1904, o governador Augusto Montenegro deixou isso bem claro quando disse que com poucos gastos poderia ser construído, em um terreno baldio contíguo aos fundos do palácio do Governo, “um pequeno e elegante edificil destinado a abrigar a nova escola de farmácia que parece veio preencher um lacuna do nosso ensino e ao mesmo tempo prestar um serviço relevantíssimo à saúde pública” (PARÁ..., 1905, p. 55).

Porém, o golpe fatal à atuação dos práticos de farmacia ocorreria em janeiro de 1914, quando uma nova reforma do serviço sanitária do estado procurou adotá-lo à legislação nacional, deixando de fora esses profissionais que, como os pajés, curandeiros e parteiras sem diploma, passavam também a figurar no quadro do exercício ilegal da medicina e da farmácia (Ver RODRIGUES, 2008, p. 85).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, o regime republicano, em nome da ciência e do interesse de médicos e farmacêuticos, acirrou o combate às artes de curar de tradição popular, deslocando-as para as margens da legislação e colocando-as na categoria de práticas ilegais da medicina. No entanto, apesar desse combate ter ocorrido em diversas frentes, não foi definido em um único golpe, pois foi demorado e passou por várias fases de conflito e negociação com o “inimigo” entrincheirado. A insistência das artes de curar populares em permanecer ainda muito vivas em meio a tantos ataques, estava ligada à sua forte demanda por parte da população e, como foi o caso dos práticos de farmácia, na ambiguidade da própria legislação republicana que lhes permitia atuar livremente.

Apesar das denúncias ferozes e contrárias veiculadas na imprensa, como aquelas de Marques de Carvalho, os práticos de farmácia, tendo os mesmos direitos desfrutados por médicos e farmacêuticos diplomados, continuaram formulando, comercializando medicamentos e exercendo sua atividade em drogarias e farmácias privadas, assim como desempenhado o papel de funcionários públicos em hospitais e casas de saúdes do Pará. Tudo isso são fortes indícios de que, nas décadas iniciais da República, essas instituições ainda estavam longe de serem espaços totalmente medicalizados. Contradições então não faltaram entre discurso e prática. A República que exaltava a ciência, no fundo, era voraz consumidora de “puçanga”.

De acordo com Mesquita (2017), as controvérsias surgidas dos encontros e desencontros entre a medicina científica e as medicinas populares, juntamente com seus praticantes, revelam conexões sociais, disputas de poder e busca por legitimidade. Além disso, expõem os usos e atributos de práticas curativas que se delineavam e ganhavam importância a partir de confrontos acirrados entre os diversos sujeitos sociais e seus saberes. As complexas tramas envolvidas nas disputas no campo da cura contribuíram para a construção de compreensões múltiplas sobre saúde e doença, permitindo-nos refletir sobre as práticas de cura desenvolvidas por outros sujeitos e em diferentes contextos.

No início da década de 1980, em seus escritos, o médico memorialista Clóvis Meira alarmava contra o que considerava uma invasão dos espaços da medicina oficial pelos remédios ditos de tradição popular, que ele considerava sem efeito, meros placebos. O pior era que tudo isso ocorria, segundo ele, pelo consentimento dos próprios órgãos oficiais do Estado. Essa ameaça à medicina científica precisava ser novamente combatida ou, pelo menos, exorcizada pela pena de um médico erudito. No entanto, podemos dizer que esses espaços, sejam os hospitais ou as feiras populares da Amazônia, como constatou Napoleão Figueiredo, foram

também por muito tempo lugares onde as artes de curar populares pontuaram e agora procuravam retornar.

Assim, a história da farmácia, dos farmacêuticos e dos remédios na Amazônia não pode ser compreendida fora dos conflitos que ocorrem na sociedade. A própria história da ciência, longe de ser uma epopeia evolutiva e vitoriosa, esteve sempre permeada de conflitos e resistências que envolviam diversas concepções de mundo, assim como qualquer história dos homens. Desse modo, o que analisei e contei aqui pode ser inserido nesse longo processo, no qual a medicina como ciência procurou se afirmar.

FONTES

ATOS do poder executivo do Pará, [Sl; Sn], 1896.

AS PESSOAS que conhecem as pilulas do Doutor Dehaut. *O Democrata*, Belém do Pará, terça-feira, 25 de fevereiro de 1890, p. 4.

BOLETIM social. *Republica*, domingo, 25 de março de 1900, p. 1.

CHEGADA. *A Voz do Caixeiro*, domingo, 16 de março de 1890, p. 3.

CACCAVONI, Arthur. *O Pará Commercial*. [Sl; Sn] 1900.

Caccavoni, A. (1898). Album descrittivo annuario dello stato del Pará: Destinato esclusivamente agli stabilimenti finanziari, industriali commerciali ed ai signori viaggiatori. Genova: Fratelli Armanino. Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna. <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/album-descrittivoannuario-dello-stato-del-para-1898/>.

Caccavoni, A. (1900). O Pará commercial. Obras Raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna. [S.I.: s.n.]. 117 p. Il. <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/opara-commercial>

CARVALHO, Penna de. *PARA-MÉDICO*: Archivos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará, vol. 8, n.10. Belém, 1922, p. 205 - 228.

CARVALHO, Marques. Opiniões: os práticos de farmácia. *A Província do Pará*, domingo, 6 de abril de 1902, p.1.

DR. GURJÃO. *Republica*, quinta-feira, 24 de maio de 1900, p.3.

EMPRESA de telefones. *Diario de Noticia*, terça-feira, 24 de junho de 1890, p. 4.

ESCOLA de Farmácia de Belém do Pará. *PARA-MÉDICO*: Archivos da Sociedade Médico-Cirúrgica do Parrá vol. 8, n.10. Belém, 1922, p. 366 - 372.

ESCRITINIO de pérolas. *O Binoculo*. Belém, 13 de julho de 1897, p.2.

INCIDENTE desastroso. *A Patria Paraense*, sexta-feira, 24 de agosto de 1894, p. 2

NA PHARMACIA de João Fellipe. *Correio Paraense*, sexta-feira, 1 de julho de 1892, p. 4.
O NOVO Médico, *Jornal Folha do Norte*, sexta-feira, 6 de maio de 1898, p.3.

PARÁ. *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado, em 7 de setembro de 1904*. Belém: Imprensa Official, 1904.

PREVENTIVO e curativo. *O Democrata*, quinta-feira, 28 de agosto de 1890, p. 3.

RELATÓRIO. *Gazeta Official*, quinta-feira, 18 de agosto de 1858, p. 2.

TRATAMENTO para a cura prompta e radical da syphilis: elixir depurativo do dr. Pedro Chermont. *O Democrata*, Belém do Pará, terça-feira, 25 de fevereiro de 1890, p. 4.

VOLTADOS para o poente. *O Industrial*, Cametá, 12 de novembro de 1903, p. 1.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alanny Paulo Ricardo. “A nossa saúde está aqui”: os discursos médicos-higienistas e a medicalização dos corpos na revista *Era Nova* (Parahyba, 1921- 1925). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande. 2015.
- BRESCIANE, Stella; NAXARA, Márcia. Apresentação. In: *Memória e (res)sentimento: uma indagação sobre uma questão sensível*. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2004, p. 9-13.
- BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- COELHO, Geraldo Mártires. *No coração do povo: monumento à república em Belém, 1891-1897*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Quem eram os pajés científicos? Trocas simbólicas e confrontos culturais na Amazônia, 1880-18930*. In: FONTES, Edilza. (Org.) *Contando a história do Pará: diálogo entre história e antropologia*. Belém: E. Motion, 2002, v. 3, p.55-86.
- _____. Anfiteatro da cura: pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX. In: CHALHOUB, Sidney et. al. (Org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003, p. 273-304.
- _____. Esculápios bélicos: a Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará e as efemérides cívicas da nação brasileira, 1914-1922. In: *Documentos Culturais*, n 7, set. Belém: Conselho Estadual de Cultura. 2006, pp.41-50.
- FIGUEIREDO, Napoleão. *Rezadores, pajés & puçangas*. São Paulo: Boitempo; Belém: UFPA, 1979.
- GOMES, Elane Cristina Rodrigues. A homeopatia e o uso do Assacú: práticas de remediar na cura da lepra, Belém do Pará, 1920-1924. In: BENCHIMOL, Jaime et. al. (Org.). *Medicina e ambiente: articulação e desafios no passado, presente e futuro*. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2019, p. 80-99.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em boiões: medicina e botica no Brasil setecentista*. Campinas, SP: Unicamp. 1999.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. “Arthur Napoleão Figueiredo (1923-1989)”. *Anuário Antropológico*, vol. 14, nº 1, janeiro de 2018, p. 235-238.
- MEIRA, Clóvis. *Medicina de outrora no Pará*. Belém-Pará: Grafisa, 1989.
- MESQUITA, Luna Nascimento et al. A história da farmácia em Belém, Pará. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 14, 2021.
- MESQUITA, Elaine Cristina da Silva. **Dissonâncias nos discursos e práticas sobre a saúde e as doenças das mulheres em Belém do Pará (1890-1920)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2017.
- PARÁ. Secretaria de Estado de Cultura/ Junta Comercial do Pará. *Marcas do tempo: Registros das marcas comerciais do Pará – 1895 a 1922*. Belém. 2015
- PEREIRA, Rosa Cláudia Cerqueira. *Paisagens urbanas: fotografia e modernidade na cidade de Belém (1846-1908)*. Dissertação (Mestrado) - UFPA, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém-Pará, 2006.

PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 1 (suplemento 1), p. 67-92, 2004.

PITA, João Rui. La farmacia en Portugal a finales del siglo XVIII: ACEVES PASTRANA, Patricia, La química en Europa y America (siglos XVIII y XIX). *Estudios de historia social de las ciencias químicas y biológicas*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1994.

PORTER, Roy. “The patient’s view: doing medical history from below”, *Theory and Society*, vol. 14, nº 2, mar., 1985, pp. 175-198.

_____. (Org.) *História ilustrada da Medicina*. Cambridge: Revinter, 2001.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. *Esculápios Tropicais: a institucionalização da medicina no Pará, 1889-1919*. Dissertação (Mestrado) - UFPA, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém-Pará, 2008.

_____. Da caridade à ciência: a assistência à saúde pública no Pará entre os séculos XIX e XX. *Espacialidades*. Natal: v. 17, n. 1, 195-221, 2021.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991, v.2.

SANTOS, Sheilla D. Medeiros. As propagandas de medicamentos na história e os processos de medicalização e patologização da vida. *Linha Mestra*, n.30, p.1262-1266, set.dez.2016

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a belle époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

_____. *Memórias do velho do intendente: Antônio Lemos, 1869-1973*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

VELLOSO, Verônica Pimenta. *Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes*. Tese (Doutorado em História da Ciência da Saúde) – Casa Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense, 1889 -1928*. Bauru: EDUSC, 1999.